



TÂNIA LUSTOSA DE OLIVEIRA

LULA: A TRAJETÓRIA DE UM LÍDER CARISMÁTICO

Brasília
2008

TÂNIA LUSTOSA DE OLIVEIRA

LULA: A TRAJETÓRIA DE UM LÍDER CARISMÁTICO

Monografia apresentada ao Curso Relações Internacionais
Centro Universitário de Brasília – Uni CEUB – 2008 –
para a obtenção do título de Graduação em Relações
Internacionais.

Orientadora: Prof. Raquel Boing Marinucci

Brasília
2008

TÂNIA LUSTOSA DE OLIVEIRA

LULA: A TRAJETÓRIA DE UM LÍDER CARISMÁTICO

Monografia apresentada ao Curso Relações Internacionais
Centro Universitário de Brasília – Uni CEUB – 2008 –
para a obtenção do título de Graduação em Relações
Internacionais.

Orientador: Prof. Raquel Boing Marinucci

Brasília, 14 de março de 2008.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Raquel Boing Marinucci

(Orientadora)

Prof^ª. Renata Rosa

(Examinador)

Prof^ª. Maria Heloísa

(Examinador)

AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus por me proporcionar o necessário no tempo adequado; aos meus pais, pelo investimento e confiança; a Professora Raquel Boing pela paciência e ajuda; e a todos que acreditaram.

RESUMO

Com o propósito de fazer uma analogia entre Luiz Inácio Lula da Silva e as características de dominador carismático abordadas por Max Weber em sua obra “*Economia e Sociedade*” (1999), será feita uma exposição do conceito de dominação, seus tipos, e posterior apresentação biográfica dando ênfase à trajetória do Lula desde seu envolvimento com a militância política até sua eleição à Presidência da República em 2002. Para apresentar suas habilidades como um líder carismático, o trabalho analisará as características de liderança, o que inclui suas atitudes e a repercussão na sociedade, similares à teoria de Weber. Será possível perceber com essa abordagem que Lula mostrou ser, ao longo dos anos, um líder carismático reconhecido por boa parte da população.

Palavras-Chave: Lula, militância política, movimento grevista, sindicalismo, presidência, carisma.

ABSTRACT

In order to make an analogy between Luiz Inácio Lula da Silva and the charismatic domineering's type approached by Max Weber in his book "Economy and Society" (1999), will be made a presentation about the concept of domination, its types, and later a biographical presentation emphasizing the life's course of Lula since his involvement with policy militancy until his election to the Republic Presidency in 2002. To ratify his identity as a charismatic leader, the work will examine the characteristics of leadership, which includes their attitudes and impact on society, similar to the Weber theory. Will be possible to check with this approach that Lula has proved, over the years, that he is a charismatic leader recognized by much of the population.

Key-words: Militancy policy, striker movement, unionism, presidency, charisma.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO -----	08
1 MARCO CONCEITUAL TEÓRICO -----	10
1.1 Dominação segundo Max Weber -----	10
1.1.1 A Dominação Legal-----	11
1.1.2 A Dominação Tradicional-----	13
1.1.3 A Dominação Carismática-----	17
1.1.4 A Realidade Histórica da Dominação-----	22
1.1.5 O Carismático como Dominador Antiautoritário-----	23
2. BIOGRAFIA DE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA -----	25
2.1 Os Primeiros Contatos com a Militância Política -----	25
2.2 Lula e a Criação do Partido dos Trabalhadores -----	41
2.3 Do seu Primeiro Cargo Político à Presidência -----	45
3. EXISTE MESMO UMA LIDERANÇA CARISMÁTICA? -----	49
3.1 A Relação entre Lula e a Dominação Carismática de Acordo com Weber -----	49
3.2 Política social: O Programa Fome Zero-----	54
3.3 A Liderança Carismática como uma Perspectiva Internacional-----	57
3.4 A Interferência da Mídia na Formação da Figura Carismática de Lula-----	59
4. CONCLUSÃO -----	63
5. REFERÊNCIAS -----	64

INTRODUÇÃO

Esta monografia tem por objetivo analisar as características de liderança de Luiz Inácio Lula da Silva que o definem como um líder carismático. Para isso, serão verificadas as habilidades condizentes à teoria de Max Weber a respeito dos tipos de dominação da obra *“Economia e Sociedade”* (1999).

Muito embora se verifique a existência de teorias modernas que discorram sobre o assunto, este será tratado apoiando-se, por excelência, no estudo da teoria clássica de Weber.

É de suma importância estudar as maneiras com que o líder chega ao poder e as atitudes e idéias que o farão mantenedor dessa situação, visto que as teorias clássicas das ciências sociais acabam induzindo diferentes nações, já que extrapolam uma situação singular de uma sociedade estabelecendo, assim, uma proposição geral.

O estudo se concentra na trajetória inacabada da vida do Lula militante até o Lula Presidente no período que se destaca pela ditadura, luta de classes, industrialização do país e início da democracia. Abordará seus discursos durante as assembleias plebiscitárias dos movimentos sindicais das décadas de 70 e 80, inclusive o de posse; suas entrevistas e reportagens, principalmente no período das greves e; de forma bem sucinta, no exterior.

Para fins dessa pesquisa, não será necessário avançar além da eleição à Presidência de Lula para encontrar características de um líder carismático.

A pretensão deste trabalho não será vislumbrar que todos os acontecimentos expostos sejam, em sua plenitude, obras de Luiz Inácio, ou conferir a ele o voto de bem feito das vitórias sindicais ou partidárias. Almeja mostrar apenas que Lula participou de fatos colocados como, em algumas situações, influenciador direto ou indireto, mas não como o único ou o ator principal do contexto detalhado na monografia.

Também não será a intenção criar expectativas a um defensor ou crítico de Lula. Afinal, a pretensão deste é apresentar a figura do personagem como possuidor de habilidades comuns ao tipo de líder carismático apresentado por Max Weber. Visto isso, este carisma

pode ser bom ou não ao país, dependendo do julgamento do leitor. Entretanto este discurso não será abordado neste trabalho.

Por se tratar de uma abordagem acadêmica, este estudo foi desenvolvido em três capítulos. O primeiro é composto pelo marco teórico, o qual utilizará a teoria de Max Weber, já mencionada, com a intenção de explicar a dominação e, em especial, a carismática.

No segundo capítulo serão abordados os primeiros contatos de Lula com a militância política até a chegada à Presidência para que se possa entender sua liderança. Será uma narrativa de fatos históricos os quais Lula tem extensa participação.

E por fim, no terceiro capítulo serão utilizadas a teoria da dominação carismática, segundo Weber, e as abordagens tratadas no capítulo anterior, para apresentar Luiz Inácio Lula da Silva como um líder carismático. Além disso, discorrerá, de maneira sucinta, acerca do Programa Fome Zero como exemplo de um tipo de política social utilizada por líderes carismáticos; da repercussão internacional de Lula e da influência da mídia.

1. MARCO CONCEITUAL TEÓRICO

O objetivo central deste capítulo será expor parte da obra de Max Weber “*Economia e Sociedade*” (1999), cujo trabalho baseia-se na idéia de dominação e seus três tipos legítimos: a dominação legal, a tradicional e a carismática. Todas as dominações serão abordadas para que se possa entender o poder de liderança de um indivíduo e tudo o que a envolve, no entanto, a ênfase maior será dada à dominação carismática, visto que ela é a fonte principal do marco teórico deste trabalho.

1.1 Dominação segundo Max Weber

Max Weber¹ trata “dominação” como a obediência de um grupo de pessoas a determinadas ordens. No entanto, para ele, não significa toda forma de exercer poder ou influência sobre outras pessoas, pois existem diversos motivos de submissão. De qualquer maneira, deixa claro que em toda relação de dominação há a vontade de obedecer, ou seja, o interesse na obediência. Contudo, a dominação não tem, necessariamente, relação com meios ou fins econômicos.

Trabalha, também, com o fato de toda dominação requerer, normalmente, um grupo de pessoas em que se possa contar com a obediência. Este grupo, chamado por Weber² de “quadro administrativo” pode estar vinculado à obediência ao senhor por motivos que, de acordo com a sua natureza, define o tipo de dominação. Os agentes da dominação, segundo Weber, estão vinculados ao hábito inconsciente de obedecer (costume) ou às questões racionais (referem-se aos interesses materiais, motivos ideais ou afetivos). Quando a relação entre o senhor (dominador) e o quadro administrativo (dominado) é motivada puramente por estes motivos o autor diz que ela é instável, pois nenhum dos motivos da obediência são fundamentos confiáveis de uma dominação quando não somados à crença na legitimidade.

Weber acredita que em toda dominação procura-se despertar e desenvolver tal crença. Por isso, será tratado neste capítulo a legitimidade da dominação em seus três tipos, a qual o

1 WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*/Max Weber. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: Universidade de Brasília, 1999. v. 1, p. 139.

2 Idem.

teórico apresenta como algo adquirido através de confiança e reconhecimento de capacidade de mando do líder. Além disso, a legitimidade será diferenciada de acordo com o proposto por Weber: pelo tipo da obediência, pelo tipo do quadro administrativo, e do caráter da dominação e suas implicações. É possível, ainda, conceituar a legitimidade como uma permissão que o dominado concede ao dominador de exercer a dominação.

Serão abordados adiante os tipos de dominação desenvolvidas por Weber em sua obra “*Economia e Sociedade*” (1999).

1.1.1 A Dominação Legal

O autor cita, inicialmente, o caráter racional e um quadro administrativo burocrático que essa dominação possui. Racional, segundo ele, porque seu fundamento baseia-se em um conjunto de regras (leis ou regulamentos administrativos) que são criadas ou modificadas por um estatuto. Diferentemente das outras dominações, a legal, segundo Weber, segue um modelo formal com normas racionais, e não sofre influência pessoal, sentimental e nem “consideração da pessoa”; o senhor (dominador) é eleito ou nomeado de acordo com as regras estabelecidas e a elas também é subordinado. As regras abrangem a todos, ninguém está imune de obedecê-las.

De acordo com Anthony Giddens³, a autoridade detêm do poder de mando por causa de regras impessoais instituídas pela racionalidade, as quais não possuem relação com a tradição. Enquanto isso, os indivíduos que estão sujeitos à sua autoridade obedecem em função de tais regras, e não por dependência.

Quanto às formas de adesão da posição de senhor Weber classifica três maneiras: apropriação, eleição ou designação da sucessão e, independente dela, o dominado não obedecerá ao dominador, mas ao poder do estatuto. O teórico diz que a obrigação da obediência e o direito de apelação ou reclamação seguem uma regra estatuída, que determina a submissão de acordo com uma hierarquia de cargos.

3 GIDDENS, Anthony. *Capitalismo e Moderna Teoria Social*. Ed. Presença. p. 219-220.

Weber enfatiza que o quadro administrativo burocrático é o tipo mais puro de exercer a dominação legal. Nele os funcionários individuais são nomeados diante da comprovação de qualificação profissional, pois somente desta forma, segundo Weber⁴, pode se chegar à racionalidade plena das regras técnicas e normas aplicadas. Os funcionários do quadro são discriminados por Weber como pessoalmente livres, com obrigações objetivas do seu cargo e competências funcionais fixas, possuem perspectivas de carreira, são remunerados com salários fixos e outros direitos trabalhistas. Diz ainda que eles desempenham cargos como profissão única ou principal, e não podem apropriar-se do cargo, mas somente ocupá-lo por direito assegurando o exercício do trabalho de maneira objetiva obedecendo às normas do respectivo cargo; trabalham em “separação absoluta dos meios administrativos”, e com um sistema severo e homogêneo de disciplina e controle de serviço.

De acordo com Weber⁵, a administração puramente burocrática é a forma mais racional de exercer a dominação, pois nela se consegue “tecnicamente” um maior resultado por causa da “precisão, continuidade, disciplina, rigor e confiabilidade, intensidade e extensibilidade dos serviços, e aplicabilidade formalmente universal a todas as espécies de tarefas”. Essas características da administração são decorrentes da burocracia regulamentada por estatutos.

A Igreja, o Estado e as Forças Armadas são exemplos expostos por Weber de associações “modernas” que se desenvolveram utilizando o mesmo padrão de desenvolvimento da administração burocrática. Para ele, essa administração é a forma mais eficiente de lidar com o bem coletivo e administrar os recursos humanos e, por isso, está presente no cotidiano da sociedade. Classifica duas opções de administração: a burocratização dela, cuja principal característica é o conhecimento profissional indispensável na produção de bens, e a “diletantização”, que nada mais é do que entregar o quadro administrativo a amadores. Atualmente, essa última pode ser entendida pelo recrutamento para cargos do governo por motivos diferentes da competência, ou seja, por favores, parentesco, amizade, etc.

4 WEBER, op. cit., p. 144

5 Ibidem, p. 145

A dominação na administração burocrática acontece, de acordo com o relatado em “*Economia e Sociedade*”, em função do conhecimento. Weber cita que o poder do dominador tende a se fortalecer ainda mais pelo sistema burocrático, já que ele exige conhecimento para a execução das tarefas. Menciona o empresário capitalista como o único elemento imune à dominação pelo conhecimento burocrático.

Tendo em vista o social, Weber faz referência a uma tendência em nivelar os novos profissionais de acordo com os mais qualificados; a profissionalização ser continuada, capacitando os profissionais até a terceira idade; e o funcionário ideal exercer seu cargo de modo impessoal. Desta maneira, haveria uma administração mais instruída e competente de seus atos.

1.1.2 A Dominação Tradicional

No que diz respeito à dominação tradicional, Weber afirma que ela se baseia na crença de tradições e, em virtude delas, na legitimidade do senhor, ou seja, é dominador por causa dos hábitos costumeiros que não podem ser contestados. Seguindo este pensamento, alega que este senhor e seu modelo organizacional expressam-se, preferencialmente, através de ordens não passíveis de crítica racional e, ainda, que o contrato político corresponde às ordens determinadas pela tradição, as quais, em caso de violação por parte do dominador, colocariam sua legitimidade em risco.

De acordo com Gabriel Cohn⁶, a dominação tradicional está ligada à crença na santidade das atitudes, ordens, e poderes do senhor existentes desde muito tempo.

Weber explica que o dominador é um “senhor pessoal”, não possui nenhuma superioridade aos demais, e pode ser indicado pela tradição, ou pelo senhor tradicionalmente determinado. Segundo o autor, a relação entre o senhor e o quadro, composto por “servidores pessoais”, é dada pela “fidelidade pessoal de servidor”, não obedecendo a estatutos.

6 COHN, Gabriel. *Weber*. São Paulo: Ática, 6 ed., 1997. p. 131.

Em relação à legitimidade das ordens Weber descreve que é vinculada à crença e à tradição, que determina o conteúdo das ordens, ou ao livre arbítrio do senhor, o qual é fundamentado pela “ausência de limitações” e é independente da tradição. Neste último, os “companheiros tradicionais” (dominados) obedecem em virtude do dever de piedade, por causa da “benevolência” que é manifestada pelo senhor. Segundo Weber⁷, isso acontece “segundo livre arbítrio sobre graça ou desgraça, segundo simpatia ou antipatia pessoal e arbitrariedade puramente pessoal, particularmente comprável por presentes – fonte de emolumentos”.

Diferente da dominação legal, que atua formalmente, Weber articula que essa procede de acordo com princípios de equidade, justiça ética material ou conveniência utilitarista, ou seja, o interesse é a finalidade principal de seus atos. Apresenta também a natureza do exercício da dominação: agir de acordo com a obediência (aceitação) dos súditos como habitualmente se faz, sem causar resistência, mas quando ocorre, a aversão é dirigida ao senhor que ultrapassou o poder tradicional, e não a um estatuto como acontece na dominação legal. Ou seja, caso sua ação seja contrária à comunidade, haverá discordância quanto às suas atitudes.

De acordo com o estatuto da dominação tradicional do tipo puro o autor diz que não é permitida a criação de um novo direito ou princípios administrativos, a não ser pela pretensão de existência de uma vigência anterior ou pelo reconhecimento por causa do “dom da sabedoria”; e que, em relação às decisões jurídicas, os meios de orientação são baseados em registros tradicionais. Quer dizer que não há, normalmente, novos ditames nessa dominação, além das vigoradas no passado ou baseadas em astúcia e bom senso.

A criação do quadro administrativo típico é descrito a partir de um “recrutamento patrimonial” - pessoas tradicionalmente ligadas ao senhor - ou de um “recrutamento extrapatrimonial” - pessoas com relações de confiança ou pacto de fidelidade com o senhor, ou funcionários livres com relação de piedade para com o senhor.

O tipo puro do quadro administrativo é apresentado por Weber da seguinte maneira: ao invés de uma competência fixa segundo regras objetivas, existe a concorrência entre os

7 Ibidem, p. 148

respectivos encargos e responsabilidades conferidos inicialmente pelo senhor e seu arbítrio que gera, na verdade, uma disputa de retribuição acima do normal por um serviço bem executado aos encarregados e/ou ao senhor que acabam constituindo as competências objetivas e dando origem à autoridade institucional. Além disso, diz que os encarregados passam por recrutamento extrapatrimonial conferida inicialmente pelo senhor e mais tarde sua “incumbência” é fixada à tradição. Ou seja, como há regularidade do indivíduo no cargo, passa a ser tradição.

Ainda sobre o tipo puro dessa administração, Weber ressalta que a falta de hierarquia racional fixa faz com que a determinação de uma decisão final ou queixa seja do senhor ou os encarregados dependendo da tradição; e é totalmente do senhor quando se considera a procedência de normas jurídicas ou precedentes de origem externa. Então, neste caso, todos os encarregados cedem.

Falta também no quadro, segundo Weber⁸, uma nomeação regulada por contrato livre e ascenso regulado, o que só poderia acontecer com a entrada de “vassalos livres” e a atribuição de funções através de contratos feudais. No entanto, nada disso conseguiria inserir uma competência fixa segundo regras objetivas e uma hierarquia racional fixa ao quadro. Isso acontece porque, para Weber⁹, a natureza e a extensão dos feudos não são determinadas por critérios objetivos.

Max Weber trabalha, ainda, com a inexistência de uma formação profissional, necessária a todos os funcionários e salário fixo e pago em dinheiro no quadro administrativo do tipo puro. Este último é explicado pelo fato das necessidades dos funcionários – alimentos e equipamentos- serem oferecidos pelo senhor e, ao se afastarem dele, criam “prebendas” com natureza e extensão inalteradas.

Entretanto, o autor relata que o senhor não precisa de um quadro administrativo para dominar, e expõe os dois tipos primários de dominação tradicional em que falta este quadro: a gerontocracia, e o patriarcalismo primário. O primeiro tipo é encontrado normalmente em associações que não são preferencialmente econômicas e familiares e é exercida pelos maiores conhecedores da tradição sagrada: os mais velhos. O segundo atua geralmente em

8 Ibidem, p. 149-150

9 Ibidem, p. 149-150

associações econômicas e familiares e é desempenhada por um indivíduo segundo regras fixas de sucessão. Mas pode, segundo Weber, existir simultaneamente a gerontocracia e o patriarcalismo.

Apesar de ser um direito pessoal e tradicional, a dominação no tipo puro, tanto dos gerontocratas quanto dos patriarcas, depende da aceitação dos associados, não havendo apropriação livre do direito de dominar, ou seja, o poder do senhor depende em grande parte da vontade de obedecer já que não há quadro administrativo. Weber articula sobre isso e diz também que os associados são companheiros, pois devem obediência apenas de acordo com a tradição, diferente dos súditos que são membros e devem obediência em virtude de estatutos.

Para Weber, em um quadro administrativo puramente pessoal do senhor, toda a dominação tradicional tende ao patrimonialismo, o qual converte o poder tradicional em seu direito próprio, mas fica ligado à tradição mesmo de forma estreita. No entanto, no caso da existência de um exagero que, inclusive, crie um exército para reafirmar seu poder e se desligue totalmente da tradição, torna-se, segundo Weber, o chamado sultanismo, que tem como principal característica o livre arbítrio na forma de dominar. É um tipo de abuso ou excesso de poder que leva o líder, inclusive, a agir de acordo com sua própria vontade.

Existe ainda, de acordo com Weber, a dominação estamental em que determinados poderes de mando e oportunidades econômicas são apropriadas pelo quadro administrativo através de uma camada social estamentalmente qualificada ou associação. Estes apropriadores podem ser de um quadro administrativo anterior, com caráter não-estamental, ou não ter pertencido ao quadro antes da apropriação.

No que diz respeito ao quadro administrativo, Weber relata que utiliza a própria máquina estamental para pagar os custos da administração e equipar exército estamental já existente, recruta novos voluntários e os equipa também. O quadro pode, além disso, apropriar-se dos meios administrativos e do recrutamento do quadro em troca de pagamento originário do senhor. Em caso de apropriação plena o autor descreve que o poder é dividido entre o senhor e os membros apropriadores do quadro administrativo ou cada um possui seu direito próprio orientado por ordens do senhor ou por compromisso especiais com as pessoas apropriadas.

A apropriação dos indivíduos pode ser, segundo Weber, através de arrendamento, penhora, venda ou privilégio pessoal, hereditário ou livremente apropriado, dependente ou não de contraprestações, conferido através da remuneração de serviços ou com a finalidade de comprar obediência, por causa do reconhecimento ou usurpação de poderes de mando, ou feudos; também pode acontecer, através de uma associação ou camada social estamentalmente qualificada ou por causa de um compromisso entre o senhor e o quadro administrativo ou de uma camada unida por relações associativas. De qualquer maneira, de acordo com Weber, o senhor tem a liberdade de seleção em cada caso individual ou de estipular regras fixas para a posse pessoal de cada cargo.

As formas de sustentação do servidor patrimonial são discriminadas na obras de Weber por alimentação na mesa do senhor; por emolumentos; por terras funcionais; por oportunidades apropriadas de rendas, taxas ou impostos; e por feudos. Weber chama de “prebendalismo” quando um quadro administrativo é mantido principalmente por “prebendas”, ou seja, a continuidade de obtenção de sustento individualmente - mas não hereditária - através de emolumentos, terras funcionais e oportunidades apropriadas de rendas, taxas ou impostos.

O feudo é conceituado por Weber como uma relação existente entre o senhor e o servidor patrimonial que acontece por contrato individualmente qualificado e os direitos e deveres orientados por entendimentos de honra estamentais. A divisão dos poderes da dominação estamental se dá através da criação de meios administrativos regidos por um estatuto pelos apropriadores.

1.1.3 A Dominação Carismática

A dominação carismática é a principal linha de interpretação deste trabalho. Weber faz referência a ela de maneira extensa e detalhada. Trabalha com o conceito de “carisma” como uma qualidade pessoal extracotidiana que, em virtude dela, é conferida ao possuidor “poderes

e qualidades sobrenaturais, sobre-humanos, ou, pelo menos, extracotidianos específicos ou então se a toma como enviada por Deus, como exemplar e, portanto, como líder”¹⁰.

Trata a obediência do dominado à pessoa do líder exclusivamente por suas características excepcionais, e não por causa de um cargo imposto por um estatuto, controle racional, ou tradição. No entanto, só o fará enquanto estes atributos forem reconhecidos, ou seja, enquanto existir o carisma pessoal em virtude de provas. De acordo com Weber¹¹ (1999), psicologicamente, este “reconhecimento” é estritamente pessoal criado pelo entusiasmo, miséria e esperança.

Segundo Giddens, em qualquer contexto social ou histórico, a legitimidade do carisma é vinculada à crença do dominador e dos seguidores na veracidade da missão do primeiro. Completa que a figura carismática faz milagres ou conhece revelações divinas para provar sua autenticidade.

Max Weber apresenta o quadro administrativo com uma relação de caráter emocional com o senhor. No entanto, diz que este quadro só será útil ao dominador enquanto seu carisma for sustentado. Pois do contrário, deixará de ser líder e não precisará mais do quadro. No que trata da escolha do quadro pelo senhor, Weber se refere a qualidades carismáticas. Segundo Weber¹², “ao profeta correspondem os discípulos; ao príncipe guerreiro o séquito; ao líder, em geral, os homens de confiança”. Portanto, não existe colocação, destituição, carreira ou ascenso do quadro e, nem mesmo, funcionários profissionais e quadro com formação profissional.

Na dominação carismática inexistem, de acordo com Weber, hierarquia, pois o líder intervém a pedido do quadro administrativo ou caso falte carisma no quadro para determinadas tarefas. Falta, também, clientela, competência limitada, e apropriação por privilégios de poderes funcionais, pois a limitação da competência se dá apenas pelo carisma e pelo tipo de missão a ser realizada. Além disso, não há salário e prebenda, afinal os discípulos vivem em “comunismo de amor ou camaradagem” a partir dos meios alcançados

10 Ibidem, p. 158-159.

11 Ibidem, p. 158-159.

12 Ibidem, p. 159-160

por fontes mecânicas; nem autoridades institucionais, mas emissários carismaticamente encarregados.

Segundo Weber, há a ausência também de regulamento, normas jurídicas abstratas, jurisdição racional, sabedoria ou sentenças jurídicas dirigidas por precedentes tradicionais, o que existe são criações de direito para cada caso individual e juízos de Deus e revelações. O tipo genuíno de líder, apresentado por Weber, anuncia, cria e exige mandamentos novos apoiando-se em seu carisma. No entanto, quando há concorrência entre diretivas a liderança só pode ser decidida por dois meios: “mágicos”¹³ ou reconhecido pela comunidade.

O autor diferencia a dominação carismática da legal por causa da sua irracionalidade e não reconhecimento de regras, e é contrária à tradicional por ser revolucionária, ou seja, não possuir vínculos com o passado.

De acordo com Anthony Giddens¹⁴, a dominação carismática é completamente diferente dos outros tipos, pois são “sistemas de administração permanente” que dizem respeito aos trabalhos rotineiros do dia-a-dia.

Weber relata que o carisma é diferente da economia, por isso, o senhor carismático não se apega a ela. Isso não quer dizer que o dominador abdique de propriedade ou de sua aquisição, mas da chamada “economia cotidiana tradicional ou racional”, aquisição sucessiva de receitas através de atividade econômica direcionada para essa finalidade. Para Weber, o dominador, tipicamente, preenche suas necessidades através de doações, corrupção, gorjetas em grande escala, ou por meio de extorsão violenta ou pacífica.

Weber¹⁵ diferencia o herói de guerra e seu “séquito” do dominador plebiscitário ou líder carismático. Segundo ele, o primeiro busca meios materiais visando uma herança e/ou a consolidação do seu prestígio de senhor, enquanto o segundo a manutenção de seu poder. O autor conclui que a recusa de toda a ação econômica é “antieconômica” e somente trará renda ocasionalmente. No entanto, pode ser o fundamento econômico de existências carismáticas, mas não “revolucionários carismáticos normais”.

13 Significa revelação por meio de um oráculo por exemplo. Ibidem, p. 160.

14 GIDDENS, op. cit., p. 223.

15 WEBER, op. cit., p. 161

A dominação carismática é revolucionária e Weber acredita nisso. Pois não segue tradição, mas inova através do poder originário da miséria ou do entusiasmo, fatores que levam os indivíduos a dominados. Representa uma grande mudança de consciência e atitudes. O senhor com carisma contagiante e com credibilidade a cada prova de suas qualidades “extracotidianas”, e os dominados acreditados na legitimidade do líder por essas características. A tradição e o carisma revezam pela hegemonia das ações.

No que diz respeito à rotinização da dominação carismática, Weber expõe que ela está diretamente relacionada à “validade carismática de determinadas qualidades pessoais”. Relata ainda que a partir do momento em que essa relação torna-se permanente, tradicionaliza-se e/ou racionaliza-se e isso acontece por causa do interesse ideal ou material dos dominados em prosseguir e fortificar consecutivamente a comunidade; ou o interesse ideal e material do quadro administrativo em dar continuidade à relação, mesmo que esta esteja saturada, em lugar de uma relação isolada da família e da economia. De qualquer maneira, deve existir o interesse na continuidade da dominação.

Quando desaparece a pessoa portadora do carisma surge, de acordo com Weber, a “sucessão”. O modo como ela acontece determina o desenvolvimento das relações sociais. Weber¹⁶, lista as formas de designação do sucessor: a escolha nova de uma pessoa para a liderança de acordo com características pessoais tradicionais (carisma) que a legitima; por revelação (oráculo, sorteio, juízo de Deus, etc.), legitimada por essa técnica; por designação pelo senhor carismático anterior e reconhecimento pela comunidade, legitimada pela designação; por denominação pelo quadro administrativo carismaticamente qualificado e reconhecimento pela comunidade, legitimada pela aquisição de um direito; por carisma hereditário, neste caso o carisma pessoal pode ser inexistente, pois não depende da aceitação pelos dominados, é um direito próprio; e por carisma de cargo, a qualidade pode ser transmitida a outras pessoas por meios hierúrgicos e a legitimidade se refere à eficácia deste ato.

Weber descreve que a rotinização acontece por nomeação de um sucessor e por interesse do quadro administrativo. Disto isso, ela também advém da apropriação de poderes de mando e oportunidades aquisitivas pelos discípulos com regulação de seu recrutamento.

16 Idem, p. 162-163

Essa tradicionalização ou legalização para Weber¹⁷ pode ser de três formas: na primeira, o líder carismático puro pode opor-se, mas não o sucessor. Diz respeito ao recrutamento “genuíno” de acordo com o carisma pessoal, mas em caso de rotinização os discípulos podem estabelecer normas de educação ou de prova para o recrutamento. “O carisma só pode ser despertado e provado, e não aprendido ou inculcado”.

Outra maneira em que pode ocorrer a tradicionalização ou legalização está ligada às normas carismáticas, as quais podem transformar-se em estamentais tradicionais, “carismático-hereditárias”. Neste caso, a existência do carisma hereditário do líder abrange a regra de seleção e emprego dos adeptos e do o quadro administrativo. Uma associação política dominada por este princípio é do tipo “estado de linhagem”, de acordo com Weber¹⁸.

E, finalmente, pode ocorrer a tradicionalização ou legalização quando os membros do quadro administrativo criam e se apropriam de cargos e oportunidades aquisitivas individuais. Caso exista tradição ou normas legais surgem as prebendas (pagamentos em forma de mendicância, rendas em espécie, impostos em dinheiro e emolumentos - gratificações), os cargos e os feudos, que são, segundo Weber¹⁹, apropriados por meios mecênicos ou espólio.

Entretanto, Weber acredita que para ocorrer a rotinização do carisma, é necessária a eliminação de atitudes contrárias à economia, e a adaptação às formas fiscais capazes de render tributos e impostos necessários. A partir da rotinização a dominação carismática resultará na forma patrimonial ou burocrática, ou seja, cotidiana. Por isso, o senhor não precisará mais provar suas habilidades para ser legitimado pelos indivíduos, pois sua credibilidade será garantida através de outros meios.

Para um entendimento mais completo das dominações, é necessário realizar uma retrospectiva histórica enfocando seus aspectos práticos.

17 Ibidem, p. 163-164

18 Ibidem, p. 164

19 Ibidem, p. 165

1.1.4 A Realidade Histórica da Dominação

São incomuns associações de dominações exclusivamente de um tipo puro já que o fundamento de toda dominação, ou seja, de toda obediência, é a crença no prestígio do dominador ou dos dominadores. Isso é explicado por Weber²⁰ da seguinte maneira:

“Na dominação legal nunca é puramente legal: a crença na legitimidade é um hábito. Condicionada, portanto, pela tradição – o rompimento desta é capaz de aniquilá-la. E é também carismática, no sentido negativo de que o insucesso contínuo e notório é a ruína de todo governo, ao quebrar seu prestígio e permitir a maturação de revoluções carismáticas. Portanto, são perigosas para as monarquias as guerras perdidas, por permitirem que pareça não confirmado seu carisma, e para as repúblicas, as vitoriosas, por apresentarem o general vitorioso como pessoa carismaticamente qualificada”.

Entretanto, segundo o pensamento de Weber, é possível a existência de comunidades puramente tradicionais ou burocráticas no passado, mas não duradouras e muito menos orientadas por líderes sem carisma-hereditário ou carisma de cargo. No que diz respeito às necessidades econômicas ele acrescenta que as cotidianas eram supridas por senhores tradicionais, e as extracotidianas por carismáticos. Além disso, Weber relata que já existia estatuto no passado, porém, freqüentemente legitimados por um oráculo; e uma categoria de funcionários, que se diferenciava das burocracias legais apenas pelo fundamento de sua legitimidade.

Weber explica que em toda dominação é imprescindível para continuidade da obediência um quadro administrativo que atue na realização e imposição das ordens, e uma relação entre o quadro administrativo e o senhor baseado na “solidariedade de interesses” (ideal ou material). Caso o quadro queira agir contra o senhor e encerrar sua direção o teórico diz que é necessária uma associação organizada dentro deste quadro; porém, caso uma pessoa queira romper uma dominação precisa criar um quadro administrativo ou ter o apoio do quadro existente contra o senhor precedente, evento em que a solidariedade é mais intensa

20 Ibidem, p. 173

porque o sustento do quadro depende da pessoa que quer dominar, para possibilitar a própria dominação. A última forma é vista por Weber como a mais difícil, pois há a separação total dos meios de administração, como é o caso das dominações puramente patriarcais, patrimoniais e burocráticas.

Ainda em relação ao quadro administrativo e o senhor, Weber apresenta que, historicamente, aconteceram lutas pela apropriação ou expropriação deste ou daquele e que elas ajudaram na formação cultural e educacional dos estamentos.

Em suma, a análise histórica mostra que não existem dominações puras, pois são influenciadas umas pelas outras. Da mesma maneira, nem todos os dominadores são autoritários, tornam-se antiautoritários em virtude da legitimidade conferida a eles.

1.1.5 O Carismático como Dominador Antiautoritário

Segundo Weber²¹, o princípio carismático de legitimidade é interpretado originalmente como autoritário, mas pode ser reinterpretado como antiautoritário já que a vigência dessa dominação é baseada no reconhecimento dos dominados e, conseqüentemente, um dever da pessoa legitimada. No entanto, com a racionalização das relações dentro da associação, Weber diz que este reconhecimento passa a ser fundamento da legitimidade ao invés de conseqüência; a designação pelo quadro, ser uma eleição preliminar e feita pelo predecessor, uma proposta eleitoral; inclusive o reconhecimento pela comunidade ser visto como eleição. Desta maneira, por causa do carisma, o autor descreve que o senhor legítimo passa a ser senhor por concessão deste benefício pelos dominados, é eleito de forma livre, de acordo com seu arbítrio, e pode ser destituído da mesma maneira que se perdesse o carisma.

A existência da dominação carismática genuína é determinada por Weber como uma decisão certa e compatível com o dever, na antiautoritária a comunidade pode decidir de acordo com seu arbítrio reconhecendo ou revogando o direito. Com isso, o direito é levado por Weber a uma concepção legal, o qual tem a dominação plebiscitária como a mais

21 Ibidem, p. 175

importante. O senhor a utiliza para obter legitimidade do seu poder, normalmente, quando ele tem o reconhecimento e a confiança das massas.

Em relação ao quadro administrativo, para Weber, pode ser composto de funcionários também eleitos, legitimados pela confiança dos dominados e destituídos por desconfiança, os quais são típicos em democracias. Em sua concepção Weber²² descreve que uma administração recrutada dessa forma é, tecnicamente, como “instrumento de precisão”, menos eficaz que uma composta por nomeação. Visto que este último tipo de recrutamento é técnico-burocrático.

Ao redefinir o carisma como antiautoritário, Weber relata o caminho para a racionalidade, onde o dominador plebiscitário preferirá ser orientado por um quadro administrativo rápido e sem atrito; vinculará os dominados ao seu carisma como “ratificado”, por meio de honra ou glória militar, gerando seu bem-estar material. A extinção dos poderes e possibilidades de privilégios tradicionais feudais, patrimoniais ou autoritários de outro tipo, inclusive a criação de interesses econômicos ligados à solidariedade de legitimidade serão, segundo Weber, seus primeiros objetivos. Segundo ele a criação de uma economia racional acontece diante da formalização e legalização do direito.

No que diz respeito à eleição de funcionários, Weber acredita que é contrária à racionalidade da economia, pois geralmente não é composta por profissionais adequadamente formados, mas recrutados de partidos. Isto os leva a exercer suas funções sem objetividade ou seguimento. Weber caracteriza como racional a economia que dá oportunidade à corrupção dos funcionários eleitos, porque atrai lucros consideráveis. No exemplo dado por Weber²³ sobre a União norte-americana, eles deixavam ser representados por partidos corruptos porque detinham o poder de eleição, ou seja, de mudança, diferente do caso dos funcionários profissionais.

Diante de toda essa abordagem, se faz necessário descrever a biografia de Luiz Inácio para, posteriormente, confrontá-la com a teoria até aqui exposta.

22 Ibidem, p. 176

23 Ibidem, p. 178

2. BIOGRAFIA DE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA: UMA TRAJETÓRIA INACABADA

Este capítulo tem por objetivo expor desde os primeiros contatos de Luiz Inácio Lula da Silva com a militância política até sua interferência em acontecimentos políticos históricos; expor seu poder de negociação e articulação, suas atitudes e a aceitação destas pela comunidade. Será uma narrativa da trajetória de Lula, retratando, mais detalhadamente, sua experiência sindical e a história dessa época. Essa abordagem será necessária para o entendimento do trabalho, pois é a partir dela que Lula passa a ser um dirigente conhecido nacionalmente, com extensa repercussão internacional. Em vista disto, será delimitado o período a partir da sua chegada à São Paulo, em 1952, até sua eleição para Presidente da República Federativa do Brasil, em 2002.

2.1 Os Primeiros Contatos com a Militância Política

Assim como muitos brasileiros, Lula, apelido de infância incorporado mais tarde ao seu nome por questões políticas, teve suas origens em uma família de lavradores que partilhavam de uma economia de subsistência no Nordeste brasileiro. Em 1952, durante o governo de Getúlio Vargas, Luiz Inácio e sua família saíram de Pernambuco para São Paulo em busca de melhores condições de vida.

Foi um período de grande êxodo rural no Nordeste em direção ao Sudeste do país, pois havia iniciado amplo investimento no desenvolvimento industrial desta região. O país abria sua economia para o capital internacional e, com isso, diversas multinacionais, principalmente montadoras de veículos, construíram fábricas em cidades como São Paulo e São Bernardo do Campo, proporcionando à população maiores oportunidades de emprego, mas também uma intensa concentração populacional. A classe operária brasileira aumentou, de 1940 a 1953, atingindo quase um milhão e meio de trabalhadores nas indústrias.

Lula e seus irmãos começaram a trabalhar ainda crianças. Luiz Inácio, o caçula, iniciou como engraxate e, posteriormente, vendedor, empregado de tinturaria e office-boy. E

em 1963, após um curso de torneiro mecânico no SENAI²⁴, tornou-se um orgulho para a família, afinal, poucos naquela época tinham uma formação em curso profissionalizante. Logo, começou a exercer sua nova profissão em fábricas da região, onde, certa vez, acidentou-se numa prensa hidráulica perdendo o dedo mínimo da mão esquerda.

As experiências de Lula com a militância política iniciaram-se durante as greves dos anos 60, quando ele tinha de 15 anos de idade. Era uma batalha travada entre a classe operária, ainda ignorante em relação aos seus direitos (que reivindicava melhores condições de trabalho, inclusive aumento salarial, que não acompanhava a taxa de lucros das grandes empresas), e as classes dominantes. Neste período, a indústria brasileira avançava significativamente, seguindo o modelo de desenvolvimento do governo de Juscelino Kubitschek, o chamado Plano de Metas, também conhecido como “cinquenta anos em cinco”, primando pela industrialização e substituição das importações. Essa política econômica adotada pelo governo acentuou a concentração de riquezas, que era de caráter excludente.

Em vários países, inclusive no Brasil, os trabalhadores lutavam tanto por resultados imediatos (como a conquista de melhores condições de trabalho e salário) quanto por objetivos mais amplos (como a derrubada do sistema capitalista e a implantação de uma sociedade mais igualitária). As primeiras manifestações brasileiras surgiram sob influência das idéias socialistas e anarquistas, que moviam as lutas operárias internacionais.

No Brasil, os primeiros contatos de Lula com uma movimentação de trabalhadores aconteceu por diversão. Ele e outros operários faziam o que os mais velhos mandavam, pois, segundo Lula, poucos naquela época tinham consciência política. Passavam em frente às fabricas onde os trabalhadores não tinham aderido à greve e atiravam pedras, faziam “corredor polonês” enquanto os operários saíam das fabricas, derrubavam os muros das

24 O SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) é uma instituição privada brasileira de interesse público, sem fins lucrativos. Criado em 1942, por iniciativa do empresariado do setor, o SENAI é hoje um dos mais importantes pólos nacionais de geração e difusão de conhecimento aplicado ao desenvolvimento industrial. Promove a educação profissional e tecnológica, a inovação e a transferência de tecnologias industriais, as quais contribuem para elevar a competitividade da indústria brasileira. Portal do SENAI. Disponível em: <http://www.senai.br/br/home/index.aspx>. Acesso em: 12 jan. 2008.

indústrias, atiravam bolinhas de gude para derrubar os cavalos dos soldados da Força Pública, etc.

Logo, os trabalhadores começaram a se organizar. Fundaram associações sindicais e jornais operários, tornando o movimento mais forte para enfrentar as inúmeras dificuldades. Seguindo o exemplo dos trabalhadores de outros países, surgiram manifestações e greves em vários estados, destacadamente em São Paulo, onde se concentrava o maior número de indústrias.

Lula começou a se interessar verdadeiramente pelo meio político quando, aos 22 anos de idade, a empresa em que trabalhava na época adotou um novo sistema de trabalho: turnos que incluíam os sábados, e que poderiam adentrar o período noturno. **A partir daí**, Lula procurou o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo em busca de algo que proibisse essa mudança. Desde então, começou a freqüentar um curso de capacitação sindical, o qual formava lideranças.

Após o golpe militar de 1964, Lula aproximou-se do movimento sindical por intermédio de um de seus irmãos mais velhos, José Ferreira da Silva, mais conhecido como Frei Chico, ao filiar-se ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. Frei Chico acreditava que a política podia mudar o país, enquanto o caçula tinha apenas o sonho de ser um bom profissional, ganhar um salário e ter uma vida tranqüila.

Segundo Frei Chico, Lula não tinha noção de que ele já tinha características de liderança de grupo, que podiam ser notadas em um jogo de futebol. Foi no Sindicato que ele começou a criar um pensamento crítico sobre política e entender a sua importância para os trabalhadores. Aprendeu, por exemplo, que certo grau de organização em uma greve poderia evitar a violência, pois, segundo ele, a desordem somente era gerada diante de uma grande maioria que não aderira à greve *versus* uma minoria que insistia nela. O que deveria ser feito era tornar parceiros os não adeptos à greve motivando-os a não fazer hora-extra, mesmo sabendo que a maioria precisava daquele dinheiro.

Filiado ao Sindicato dos Metalúrgicos, Lula foi eleito suplente do diretor do sindicato em 1969 e continuou a trabalhar na fábrica. Na eleição seguinte, em 1972, tornou-se primeiro-secretário, afastando-se da empresa por licença sindical. Durante todo o seu mandato,

incentivou campanhas salariais visando os direitos do operariado. Luiz Inácio integrou-se à vida de sindicalista e, conseqüentemente, à luta contra a exploração do trabalho.

Ignorante por alienada.

Em 1974 foi realizado o I Congresso dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, o qual definia pontos centrais da luta dos trabalhadores. Lula²⁵ afirmava:

“Nós demos um grande passo em 74, com a realização do I Congresso dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo que foi o primeiro grande feito da década de 70, momento em que todo mundo estava com medo e assustado (...). Acho que pela primeira vez se fazia uma análise de conjuntura da situação da indústria automobilística no Brasil”.

Durante este evento foi discutida a relação da produtividade e das altas taxas de lucro da indústria automobilística com o aumento do ritmo de trabalho, extensão da jornada diária, alta rotatividade da mão-de-obra, etc.

O Brasil passava, entre os anos de 1969 e 1973, pelo governo de Médici, período de crescimento econômico brasileiro chamado de “milagre econômico”. O descontentamento dos trabalhadores se intensificava mediante o “Brasil potência” e a concentração de renda e pobreza.

Em 1975, Luiz Inácio foi eleito presidente do sindicato com 92 % dos votos, passando a representar 100 mil trabalhadores. A partir daí, passou a freqüentar cursos, debates e viagens, importantes na sua formação política. Neste mesmo ano, Frei Chico foi preso e torturado, despertando Luiz Inácio para o autoritarismo da ditadura militar.

Durante seu primeiro mandato como presidente, Lula recusou-se em negociar com a Federação dos Metalúrgicos do Estado, recorrendo ao Tribunal Superior do Trabalho (TST), com o qual conseguiu algumas reivindicações. Assumiu uma postura independente, pois entendia que desta forma teria mais vantagens na causa dos trabalhadores.

25 ANTUNES R., RAGO A., PRATES M., BARSOTTI P. *Lula: Retrato de Corpo inteiro. Revista Ensaio*, nº 9, p. 14, Jan. 1982. p. 43.

Em 1977, apesar da mobilização da campanha salarial, pouca coisa mudou na realidade operária. Uma grande pressão da indústria sob o sindicato operário, além de numerosas demissões, enfraqueceu, ainda mais, a relação entre eles.

Foi neste contexto que houve a revelação da fraude salarial de 1973, após a divulgação pela imprensa internacional de um relatório secreto do Bando Mundial. Lula, por sua vez, pediu um estudo ao DIEESE, que concluiu existir uma fraude caracterizada por uma política salarial que reduzia o salário operário em 34,1%.

Com o apoio de vários sindicatos, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo lançou uma campanha de recuperação dos 34,1%. Essa campanha, pela primeira vez em uma década, reuniu forças sindicais contra a política econômica da ditadura, e levou à população entrevistas e reportagens sobre o líder metalúrgico Lula.

Nas declarações à imprensa, Lula procurava mostrar a independência do sindicato frente aos partidos políticos e instituições. Naquela época, Lula já falava da necessidade de libertar os sindicatos da autonomia estatal estabelecida na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Seu discurso sobre mudança na estrutura sindical (liberdade sindical e livre negociação com o patronato) deu origem ao “novo sindicalismo”²⁶.

Reeleito em 1978, a liderança sindical de Lula retomou a prática de greves públicas, conhecidas como Greves de Maio, aumentando sua notoriedade. Elas haviam sido interrompidas desde a repressão da ditadura militar nos 10 anos anteriores. Apesar das singularidades que caracterizaram cada uma das paralisações, a motivação principal era manifestada pela mudança salarial, pois os operários não aceitavam uma política que apoiasse a exploração do trabalho.

Nessa época, Lula já era conhecido por todas as camadas sociais. Tinha grande autonomia sobre os trabalhadores, contato com muitas autoridades e repercussão na imprensa. A popularidade de suas atitudes foi, principalmente, por causa da mobilização de grande contingente de operários (150 mil metalúrgicos do Estado de São Paulo).

26 O “novo sindicalismo” teve a participação ativa de Lula. Nasceu entre os trabalhadores do setor metalúrgico num período marcado pelo arrocho salarial e pelo início de uma abertura política, a qual possibilitava o surgimento de novas lideranças e de participação popular.

Foi, ainda neste ano, que Lula assumiu pela primeira vez uma posição política pública. Junto a um grupo de sindicalistas, apoiou Fernando Henrique Cardoso para o cargo de Senador por São Paulo.

No início de 1978, a greve da Mercedes-Benz levou à paralisação de cerca de 800 operários e, em contrapartida, iniciou um processo de demissões. Posteriormente, a greve da Scania, que foi o marco do ressurgimento grevista, aconteceu dentro da fábrica: todos entraram e não ligaram as máquinas, pois dessa forma não podiam ser despedidos. Cruzaram os braços. Assim teve início o maior ciclo grevista do pós-64.

Segundo a jornalista Denise Paraná²⁷ (1996), essas greves não foram um movimento espontâneo, como apresentado nos boletins do sindicato na época. Obviamente, o momento levaria a uma greve, mas segundo relatos de Lula à jornalista, o sindicato teve envolvimento direto. Os trabalhadores não chegaram sozinhos a um consenso e paralisaram. A decisão de divulgar que havia sido uma greve feita pelos próprios operários foi do sindicato, pois, caso assumisse a autoria do movimento, o aparato repressivo poderia intervir. Diante disso, o sindicato adotou o papel de articulador apenas das greves já existentes.

De acordo com Lula, este foi um dos maiores movimentos da história do país, pois ninguém tinha experiência em liderar uma greve, a qual acabaria por se tornar a única alternativa para o operariado. Era um desafio, pois Lula e sua diretoria tinham tomado posse há 18 dias. Luiz Inácio²⁸ argumentou:

“(…) não arredaremos o pé desse movimento porque nossa pretensão se firma em fato e é reconhecidamente justa. Haveremos de esgotar todos os recursos, correr todos os riscos, para cobrar a quem de direito aquilo que nos foi ilegalmente subtraído”.

Diante dessa inexperiência, o sindicato operário negociou inicialmente com a Scania e, por intermédio de Lula, chegou a um acordo verbal não formalizado com a direção da empresa. Por causa das vantagens deste acordo, Lula incentivou a volta ao trabalho, durante uma assembléia na fábrica.

27 PARANÁ, Denise. *O Filho do Brasil: de Luiz Inácio à Lula*. São Paulo: Ed. Xamã, 1996. p. 134-135.

28 ANTUNES, Ricardo. *A Rebelião do Trabalho*. São Paulo: Editora UNICAMP, 1998, p.20.

Neste momento, diversos instrumentos de repressão foram utilizados pela empresa, impedindo a retomada ao movimento grevista como, por exemplo, a demissão de vários operários. Houve ainda o não cumprimento do acordo pela empresa, pressionada pelo setor automobilístico.

Lula²⁹ relatou:

“Com três dias de greve, fui na Scania e praticamente fiz um acordo e saí de lá otimista, quer dizer, a Scania tinha aceito quase tudo o que foi pedido, só faltando assinar o acordo da DRT. Houve uma assembléia dentro da fábrica com todos os trabalhadores que estavam parados, e eu expliquei o que faltava ser feito e pedi para o pessoal voltar a trabalhar. Acontece que fomos na DRT, as indústrias automobilísticas tinham se reunido e não permitiram que o acordo fosse assinado. (...) Foi uma coisa muito ruim porque os trabalhadores...acharam que nós os enganamos”.

Enquanto isso, as greves nas indústrias metalúrgicas expandiram-se no ABC Paulista, primeiro centro da indústria automobilística brasileira e berço do movimento sindical no Brasil, e em outras cidades como São Paulo e Osasco³⁰. Ambos paralisaram o trabalho reivindicando aumento salarial, melhoria na alimentação e no sistema médico, redução no custo do transporte, etc.

Em um de seus discursos, Luiz Inácio³¹ ressaltou:

“O arrocho salarial fez com que a classe trabalhadora brasileira, após muitos anos de repressão, fizesse o que qualquer classe trabalhadora do mundo faria: negar sua força de trabalho às empresas. Era a única forma que os operários tinham de recuperar o padrão salarial, ou melhor, entrar no caminho de sua recuperação”.

29 ANTUNES R., RAGO A., PRATES M., BARSOTTI P., op. cit., p. 17.

30 Alem da Chrysler, Villares e Brastemp, este ciclo grevista atingiu as seguintes empresas do ABC paulista: Pirelli, Cofap, Motores Perkins, Phillips, Cima, Sermar, Otis, Schuller, Fermar, Fabrin, Arteb, Ibrape, Feiza, Alcan, General Eletric, Constanta, Krauze, Karmann-Ghia, Forjaria São Bernardo, Firestone, Rodhia, Isam, Correfaz, Mollins, Manesmann, Fichet, Gemmer, Refebhauger, Mecanica Lido, Metalúrgica Brosol, Indústria Química Atlantis, Coldex Trane, Atlas Copco, Eluma, Panez Adria, Labortex, Industria Química Anhembi, Huller, etc. Em São Paulo a greve atingiu a Toshiba, Hysler do Brasil, Orniex, Guteman, Siemens, Metalac, entre outras, e em Osasco ocorreram paralisações na Braseixos, Cobrasma, Braspenas, etc.

ANTUNES, Ricardo, op. cit.. p.25.

31 Idem.

No auge deste movimento grevista, o Tribunal Regional do Trabalho decidiu pela ilegalidade das greves. Nas fábricas, entretanto, o movimento continuava a se expandir das mais diversas formas: paralisações totais e prolongadas, parciais, relâmpagos, etc. Para evitar as greves, algumas fábricas decidiram seguir o que fosse acertado entre o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e o SINFAVEA (Sindicato Nacional dos Fabricantes de Veículos e Automotores), o qual favoreceu cerca de 70 mil trabalhadores.

No que diz respeito ao modo como essas lutas ocorreram, pode-se dizer que as greves de 1978 foram ditadas pela dura realidade do dia-a-dia do operário e pela falta de uma direção consciente. Apesar da presença de dirigentes sindicais nas assembléias realizadas nas fábricas, não havia um plano definido com objetivos que as levassem à consecução das finalidades, as quais passariam por reavaliações em função do entendimento da situação econômica, social e política. Além do mais, em consequência da falta de instrução, havia um temor quanto às ações repressoras, tanto do patronato quanto do Estado.

Entretanto, Luiz Inácio alega que 1978 foi o ano de maior aprendizado, tanto para ele quanto para o sindicato. Afinal, por causa da forte repressão patronal, não conseguiram fazer a greve na Volkswagen, maior empresa da região. Com toda a desorganização do sindicato, a qual envolvia também muita emoção e vontade de brigar, Lula conseguiu acordos razoáveis. Para ele, essa conquista originou muitas outras, pois mostrou o poder de negociação do sindicato.

Com a expansão das greves, o sindicato deixou de agir como mero intermediário e assumiu o papel de representante dos trabalhadores, afinal, já possuía certa confiança da massa operária e havia reconhecido os erros cometidos em algumas negociações, os quais poderiam ser evitados diante da sua experiência e credibilidade adquirida em seu novo papel. Com isso, Lula continuaria como articulador entre a massa operária e os patrões.

Ainda em 1978, foi realizado um acordo coletivo entre o patronato e o operariado vinculado à indústria metalúrgica do ABC, que levou à realização de várias greves em outras regiões visando à generalização de tal acordo para a categoria metalúrgica. Juntamente, foi intensificada a ação das empresas através de instruções da Fiesp para o enfrentamento das

greves como, por exemplo, o impedimento dos trabalhadores de permanecerem dentro das fábricas, criando, diante da presença dos operários em praça pública, a repressão policial.

Duas greves, no final de 1978, foram primordiais para a realização do movimento grevista de 1979. A primeira ocorreu na fábrica Villares, onde a paralisação iniciou em solidariedade a um operário demitido após sofrer agressão da chefia. Contudo, a volta ao trabalho aconteceu após alguns dias por causa da repressão e das demissões, significando uma derrota para os trabalhadores. A segunda greve foi na empresa Resil por reivindicação de salário, a qual impediu a entrada da direção, que se viu obrigada a chamar Lula para negociar. Essa paralisação apresentou uma nova tática a ser adotada em 1979: A greve fora da fábrica.

Enquanto as greves metalúrgicas de 1978 eram contra o “arrocho salarial”³², e este era seu ponto central as de 1979 e 1980 reivindicaram, com maior intensidade, contra o intervencionismo estatal e pela democratização, autonomia e liberdade sindical, direito de greve, maior organização no espaço fabril, pela negociação direta e pela contratação coletiva. Lutavam contra a super exploração do trabalho.

Segundo Lula³³, o econômico e o político são fatores que não podem ser desvinculados um do outro. São duas coisas muito interligadas. Por isso, dizia que o resultado da greve tinha sido político. A luta que aconteceu no ABC Paulista foi por salário, mas a classe operaria, ao brigar por salários, teve um resultado político em sua movimentação.

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, durante este período, intensificou o trabalho dentro das fábricas e realizou grandes Assembléias no sindicato, aumentando a participação da massa operária na vida sindical. Criou, também, uma comissão de salários para agir junto à direção sindical. Ela teve grande importância na greve geral que estava por vir.

Enquanto isso, a Federação dos Metalúrgicos junto à Fiesp obteve procurações dos sindicatos que às autorizavam fazer um acordo válido para toda a categoria. No entanto, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo discordou em assinar, pois, diferente do interior

32 O editorial assinado por Luiz Inácio da Silva, referindo-se ao significado das greves, uma vez mais enfatizou que “o que era projeto, agora já é um fato: a política salarial de arrocho começa a ser quebrada diante da unidade e organização dos trabalhadores”. Ibidem, p. 33

33 Ibidem, p. 43.

onde as greves ocorreram com menor intensidade e, por isso, os índices eram aceitáveis, no ABC não iriam obter nenhum o ganho real.

Após 80 horas de negociações com o patronato, em 13 de março de 1979, em trânsito do governo do General Geisel para o do General Figueiredo, desencadeou a “greve geral metalúrgica”, que durou 15 dias.

Os acontecimentos deste período são expostos no trecho do livro “*Automação e Movimento Sindical no Brasil*”³⁴, de 1988:

“As lutas sindicais que explodiram no final da década de 70, após dez anos de aparente silêncio da classe trabalhadora brasileira, traziam em seu bojo toda a vivência de uma década e meia de autoritarismo. Deterioração salarial, rotatividade e insegurança no emprego, extensão absoluta da jornada de trabalho através da prestação compulsória são alguns dos aspectos da face perversa do ‘Milagre Brasileiro’. Fosória de horas-extras, intensificação dos ritmos e despotismo fabril em contrapartida, para os trabalhadores, das altas taxas de aumento da produtividade e crescimento da economia brasileira, cujo pólo dinâmico principal eram, não por acaso, as indústrias modernas localizadas na Região da Grande São Paulo, entre as quais se destacavam as empresas automobilísticas do ABC.”

Diferente das outras greves, essa tinha uma direção mais organizada e experiente. Havia assembleias plebiscitárias com milhares de operários, cotidianamente, para redefinir os rumos do movimento. Contudo, nos primeiros dias de greve foi decretada sua ilegalidade. Lula, em Assembleia Geral para cerca de 80 mil trabalhadores no estádio de Vila Euclides, reafirmou: “A greve pode ser considerada ilegal, porém ela é justa e legítima, pois sua ilegalidade é baseada em leis que não foram feitas por nós ou por nossos representantes.”³⁵

Segundo uma das irmãs de Lula, ele poderia ter ficado milionário nesta época, pois havia ofertas para ele acabar com a greve. As empresas ofereceram dinheiro para sair do país,

34 NEDER, Ricardo Toledo; ABRAMO, Lais Wendel (orgs.). *Automação e Movimento Sindical no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1988, p.68.

35 *Folha de São Paulo*, 15 mar. 1979.

carro novo, etc., mas Lula insistiu em apoiar o operariado, pois estava convicto de que poderia mudar a situação de exploração da época.

No quarto dia de greve, havia cerca de 170 mil metalúrgicos paralisados no ABC paulista. Foi neste momento que se tornou necessário um fundo de greve capaz de suprir as necessidades materiais do operariado durante a greve. A partir daí, Lula e os outros dirigentes organizaram uma campanha nacional de solidariedade.

A paralisação já havia chegado ao seu décimo dia quando o Ministério do Trabalho propôs um protocolo de intenções, o qual foi negado por 80 mil grevistas no Estádio Vila Euclides. Afinal, não representava nada se comparado ao patamar atingido nas negociações anteriores. Por isso, prevendo uma repressão diante do repúdio ao plano do Ministério, Lula adiantou que se houvesse afastamento ou prisão dos dirigentes, a comissão de salários assumiria o comando do movimento. Logo, as manifestações foram confrontadas pela polícia. A classe operária começava a perceber que o Estado não era representante da sociedade em geral, mas das classes dominantes.

Diante da repressão policial, no auge das greves operárias muitos faziam reuniões escondidas, inclusive Frei Chico. Lula, por sua vez, preferia convocar trabalhadores e falar para todos, pois, segundo ele, seria detido pelo o que fazia publicamente.

Lula conta que certa vez, durante uma reunião na casa de um dos sindicalistas, todos se deitaram no chão e pegaram as armas por causa do barulho de um carro estacionado em frente à casa em que estavam. Muitos dos companheiros de Lula temiam a ação da polícia, enquanto Lula se negava a viver com essa, segundo ele, “psicose”. Pois acreditava que se suas reuniões fossem públicas, mesmo que fosse preso, teria o apoio dos operários e a garantia de continuidade do movimento.

Em vista a este novo quadro, a igreja matriz de São Bernardo do Campo tornou-se centro das reuniões dos dirigentes sindicais e da comissão de salários tornando-se marcante no apoio aos operários grevistas. Foi lá que Lula, assumiu a liderança da Greve Geral, após líderes sindicais imporem a necessidade de sua atuação diante da ausência total de comando e liderança capaz de substituí-lo. De acordo com Lula, a diretoria do sindicato foi buscá-lo em

casa dizendo que ele tinha um papel importante a cumprir e que não podia deixar de participar das assembléias.

Apesar da continuidade da paralisação, houve o retorno de alguns operários ao trabalho. Conseqüentemente, a direção sindical e a comissão de salário reavaliaram o movimento e concluíram a impossibilidade de prosseguimento. A maioria dos trabalhadores, por sua vez, aceitou um acordo provisório de 45 dias por causa da confiança que tinham em Lula, pois, na realidade, estavam dispostos a continuar a greve. A aceitação dos trabalhadores demonstrou a força política de Lula e do Sindicato na época.

Neste episódio, Lula assumiu um compromisso com todos: “Pra não dizer que nós somos radicais, nós vamos aceitar o pedido do governo: a volta ao trabalho. E se não for cumprido o nosso pedido, nós paramos. E eu assumo o compromisso com vocês: eu mesmo decreto a greve outra vez.”³⁶

O patronato descumpriu o acordo no mesmo dia em que os operários voltaram a trabalhar, demitindo em massa e descontando dos salários os dias paralisados. Com o fim dos dias de “trégua” anteriormente combinados, celebrou-se um acordo com a Fiesp e o operariado. No entanto, apesar de ser mais satisfatório que aquele apresentado pela Federação, sua assinatura deveu-se à dificuldade de obtenção de algo mais favorável e à recuperação do Sindicato dos Metalúrgicos, pois o prédio havia sido tomado por ordens do governo.

Este momento gerou maior insatisfação e desconfiança do operariado no que diz respeito às ações de Lula e do Sindicato. A imprensa divulgou que por causa do fim da greve a Fiesp concordou com a devolução do Sindicato. Isso levou os trabalhadores a acreditarem que a diretoria tinha feito um acordo para obter o Sindicato de novo.

Para não gerar maior descontentamento dos trabalhadores, logo após a entrega do Sindicato os diretores convocaram uma assembléia, a qual sugeriu nova eleição da diretoria diante do receio dos trabalhadores. Lula adiantou que nenhum da direção tinha interesse em ser dirigente de si mesmo, mas se todos os operários estivessem convictos de que eram

36 BARGAS, Rainho. *As Lutas Operárias e Sindicais dos Metalúrgicos em São Bernardo. Discurso de Lula na Assembléia Geral*, p. 227-229, 27 mar. 1979.

representados por traidores, haveria a votação de outra direção. Em seguida, por unanimidade, os trabalhadores decidiram continuar com a diretoria.

De acordo com Ricardo Antunes³⁷:

“Se as greves parciais de Maio de 1978, em sua concretude, feriam a base econômica do poder político e antepunham-se à política salarial, a Greve Geral Metalúrgica de março de 1979 significou um passo substancial neste processo. Ao ferir a materialidade do ordenamento social, a Greve estampou, desde seu afloramento- apesar de sua reivindicação ater-se, em sua aparência, ao plano de imediatidade- à sua nítida dimensão política. De maneira ainda mais acentuada do que nas Greves de Maio do ano anterior, vivenciou-se em 1979 uma situação declarada de confronto entre o operariado metalúrgico.”

A Greve Geral Metalúrgica de 1979 constituiu-se uma vitória do movimento operário, pois aconteceu espontaneamente com foco na questão salarial, com a presença de um sindicato operário que a desenvolveu e deu continuidade. Além disso, voltava-se contra a política econômica baseada na super exploração da força de trabalho. Tudo isso permite caracterizar a Greve Geral metalúrgica de 79, inclusive o pós-64, como um momento privilegiado da ação operária que levou à realização da campanha salarial de 1980.

Se comparada às greves de 1978, as quais expressaram a forte resistência do movimento, as de 1979 mostraram-se ofensivas. Diante disso, ao final de 1979 o poder político iniciou uma “contra-ofensiva ditatorial” objetivando conter as reivindicações grevistas através de medidas persuasivas e de violenta repressão. Nessa mesma época foi estabelecida a “nova política salarial” que previa reajustes de salários semestrais fixados pelo governo, faixas salariais diferenciadas, entre outras medidas. Segundo o governo, desta maneira os trabalhadores não precisariam mais se preocupar com o aumento salarial, pois este passaria a vir automaticamente.

37 ANTUNES, op. cit., p.25.

O governo pretendia com estes reajustes, evitar que o operariado e os sindicatos negociassem melhores salários diretamente com os patrões. O aumento salarial seria vinculado à produtividade, a qual era obtida pelo aumento do ritmo e da jornada de trabalho, ou seja, com o aumento da exploração da força. De acordo com Ricardo Antunes: “Numa síntese dir-se-ia que o limite da auto-reforma, a partir da intensificação das lutas de classes, seria fazer irrisórias e aparentes concessões ‘econômico-sociais’, como forma de preservar e manter a política de super exploração do trabalho”.

Além da ação repressora do governo, havia ainda a intensificação da recessão econômica, a qual atingia diretamente os trabalhadores, pois além da depressão salarial o desemprego também aumentava. Com isso, o governo propôs condições para, segundo ele, melhorar a situação dos trabalhadores sem afetar a produção das empresas.

Não havendo aceitação pelos trabalhadores de nenhuma proposta do governo, em abril de 1980, iniciou-se uma nova Greve Geral. Logo, metalúrgicos de algumas cidades do interior encerraram a paralisação mediante aceitação do julgamento do TRT que estabeleceu índices de produtividade. Não obstante, a greve continuou com 90% dos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, afinal o Tribunal declarou-se incompetente para dar ilegalidade à greve.

Essa nova greve, segundo a argumentação de Lula, poderia durar até 30 dias, por isso, havia medidas importantes a serem tomadas. Tendo em vista a experiência da greve anterior, quando houve uma crise durante sua ausência, estruturou-se, inicialmente, uma organização capaz de dar continuidade ao movimento na falta da diretoria do Sindicato. Afinal, o aparato repressivo do governo poderia ser utilizado caso tivesse respaldo jurídico-legal.

Logo, no segundo julgamento, o TRT invalidou o primeiro e declarou a ilegalidade do movimento com a alegação de que se tratava de uma greve distinta daquela julgada anteriormente, quando estavam envolvidos mais de trinta sindicatos. Desta vez, participavam apenas os Sindicatos de São Bernardo e Santo André.

A nova greve dos metalúrgicos de 1980 provocou a intervenção do Governo Federal no Sindicato dos Metalúrgicos. Utilizando de sua autonomia, o Estado enfrentou a greve metalúrgica quebrando a centralidade sindical do movimento; fechando Estádio e praças

públicas que serviam para assembléias de massa; e reprimendo violentamente trabalhadores nas ruas para impedir manifestações, passeatas e concentrações operárias.

Logo, foi decretada a intervenção nos Sindicatos operários de São Bernardo e Santo André, cassando seus direitos sindicais. Neste momento Lula, fez uma declaração sobre a nova tática do movimento grevista:

“O governo não pode intervir nas casas de 142 mil metalúrgicos para obrigar os operários a voltarem ao trabalho. (...) Os metalúrgicos já sabem como proceder agora, pois desde a primeira assembléia nós já contávamos com a possibilidade da intervenção e preparamos os trabalhadores para isso. A intervenção não muda o quadro nem altera o ânimo dos trabalhadores”³⁸.

Dias depois Lula e outros dirigentes foram presos pelo DOPS e processados pela Lei de Segurança Nacional. O processo, que Lula foi condenado em primeira instância e absolvido pelo Superior Tribunal Militar (STM), resultou em seu afastamento definitivo da presidência do Sindicato.

De acordo com Ricardo Antunes³⁹ (1998), apesar da intensa atividade do Fundo de Greve e da ação solidária da igreja matriz de São Bernardo do Campo através da Pastoral Operária, a ação metalúrgica não obteve respaldo político efetivo nem do conjunto do movimento sindical, nem dos partidos políticos de oposição. Tudo isso acentuava o isolamento dos metalúrgicos de São Bernardo e Santo André. A ação solidária de coleta de alimentos e recursos financeiros não era suficiente. Além disso, a ação parlamentar voltada prioritariamente para a tentativa de preservação de integridade física dos operários, bem como a publicação de manifestos e atos importantes, mas insuficientes num momento de luta de classes- caracterizava um momento peculiar. A derrota do movimento grevista, para Antunes, não seria exclusivamente uma derrota dos metalúrgicos do ABC, mas de toda a classe operária em sua luta contra política econômica do poder ditatorial, contra o arrocho salarial e a super exploração do trabalho.

38 Folha de São Paulo, 18 abril 1980.

39 ANTUNES, op. cit., p.30.

A continuidade da Greve acrescia mais reivindicações à volta ao trabalho como, por exemplo, a libertação de líderes detidos e o fim da intervenção nos organismos sindicais. Contudo, houve o impedimento da realização de novas assembléias plebiscitárias como forma do governo evitar o prosseguimento da greve, as quais passaram a ser realizadas na igreja matriz de São Bernardo do Campo que os apoiava e nos bairros.

Um folheto do Sindicato dos Trabalhadores⁴⁰ (23/04/1980) publicou o seguinte:

“A vitória está muito perto! Tudo o que aconteceu estava previsto. A intervenção no Sindicato e a prisão da Diretoria são conseqüências da luta. Nós temos o compromisso de continuar a greve custe o que custar! (...) Furar a greve é trair Lula e todos os outros companheiros presos. Furar a greve é trair toda a solidariedade nacional e internacional que estamos recebendo. Os patrões e o governo estão encurralados. Fizeram intervenções no Sindicato, prenderam o Lula e quase toda a Diretoria, bateram nos companheiros nas ruas, mas a greve continua”.

No dia 11 de maio de 1980, em Assembléia Geral na igreja matriz de São Bernardo do Campo, encerrou-se a Greve Metalúrgica de São Bernardo, após 41 dias de paralisação do operariado metalúrgico vinculado à indústria automobilística, com os Sindicatos sob intervenção e as lideranças na prisão. Para alguns o retorno foi o marco da derrota do movimento, pois nenhuma das reivindicações foi atendida. Para outros, o operariado retomou o trabalho mais consciente da sua força e do seu papel. Longe de ser apenas uma reivindicação econômica, as greves operárias expressaram um protesto contra a injustiça e a exclusão em contraste com os altíssimos índices de crescimento da economia brasileira e, em especial, metalúrgica.

Lula conta que, a partir dessa greve os trabalhadores tiveram consciência de que dar prosseguimento a uma paralisação quando não havia mais vantagens, era inviável. Diz que após sua prisão, a qual teve início no 17^a dia de greve, os operários o disseram que haviam entendido a decisão de retomar ao trabalho em 1979, ocasião que o Sindicato foi reaberto e o

40 ANTUNES R., RAGO A., PRATES M., BARSOTTI P, op. cit., p. 52.

operariado desconfiou que a diretoria estivesse negociando para obter vantagens em benefício próprio.

Em decorrência dos acontecimentos de todo esse período Lula e outros dirigentes sindicais constataram que o movimento sindical não era suficiente para resolver os problemas dos trabalhadores brasileiros. Essa idéia havia sido considerada importante há alguns anos atrás, como será explicada posteriormente.

2.2 Lula e a Criação do PT

Em 1980, o Brasil enfrentava um processo de abertura política lenta comandada pelos militares ainda no poder. Influenciados pelos mecanismos de repressão impostos aos trabalhadores, em particular o arrocho salarial e a proibição do direito de greve, e a quase inexistência de políticos que representassem os interesses dos trabalhadores no Congresso Nacional, Lula e outros sindicalistas fundaram, neste mesmo ano, o Partido dos Trabalhadores (PT). Para isso, contaram com a contribuição de outros sindicalistas, intelectuais, políticos, artistas e representantes de movimentos sociais de liderança rural e religiosa, como os católicos militantes da Teologia da Libertação.

Segundo Lula⁴¹, a idéia de criar um partido só se concretizou após sua viagem à Brasília em busca de apoio dos deputados contra o Decreto-lei que proibia as greves. Mesmo impedido de ir à capital pelo Ministro do Trabalho em um pronunciamento televisivo, Lula e outros sindicalistas insistiram. No entanto, foram surpreendidos por apenas dois deputados, ex-operários, à favor deles.

De acordo com o jornal *Folha de São Paulo*⁴² (1980), “O PT quer é chegar ao governo e à direção do Estado para realizar uma política democrática, tanto do ponto de vista econômico quanto social”.

41 PARANÁ, op. cit., p. 138-139

42 PP quer a Constituinte; PT quer chegar ao governo. *Banco de Dados Folha On-line*, São Paulo, 11 jan. 1980. Disponível em: http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_11jan1980.htm. Acesso em: 10 jan. 2008.

Em 1978, durante Congresso dos Petroleiros, Lula cogitou o desenvolvimento de um partido dos trabalhadores, mas preferiu não divulgar, pois muitos partidos mostraram-se contra a criação, e ainda eram necessárias muitas discussões para a concretização dessa idéia.

Em 1979, uma comissão lançou uma carta de princípios e discutiu com políticos do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) a criação de um partido. Poucos aderiam a essa idéia, mas o movimento por sua criação já era, para muitos dirigentes sindicais, identificados pelo “novo sindicalismo”, incontestável.

Neste mesmo ano, o PT foi oficialmente estruturado com a formação de uma comissão nacional provisória, durante uma reunião com cerca de 100 pessoas em São Bernardo do Campo. Em 1980, foi lida no Sindicato dos Jornalistas de São Paulo a primeira versão do manifesto de lançamento do partido. Após um mês, cerca de 500 pessoas reuniram-se para assinar o manifesto como fundadores do PT.

O PT foi criado a partir do desejo de emancipação das massas populares e segue o modelo de representante de todos os explorados pelo sistema capitalista. Iniciou sua trajetória com o discurso de ser um partido diferente dos outros, ou seja, formado por trabalhadores que lutariam por seus ideais. Diferente, também, porque seria democrático e estaria presente em todas as organizações populares defendendo sua autonomia, a qual seria a garantia maior de sua existência como partido dos trabalhadores. Além disso, não assumiria ideologia capitalista ou comunista. Mais tarde, Lula defenderia o caráter socialista do Partido.

Foi desenvolvido porque, por mais amplas que fossem as reivindicações dos trabalhadores em movimentos sindicais, não assegurariam conquistas devido à centralização do poder de decisão política. Isso seria conseguido através da sua participação no processo de decisão, ou seja, a criação de um partido seria a forma mais concreta de participação política da sociedade.

Segundo Vamireh Chacon⁴³ (1985),

43 CHACON, Vamireh. *História dos partidos brasileiros: discurso e práxis dos seus programas*. 2 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985. p. 693-702.

“A luta do PT contra o regime opressivo devia construir uma alternativa de poder econômico e político, dismantelando a máquina repressiva e garantindo as mais amplas liberdades para os trabalhadores e oprimidos que se apoiavam na mobilização e organização do movimento popular e que fosse a expressão de seu direito e vontade de decidir os destinos do País. Um poder que avançasse nos rumos de uma sociedade sem exploradores e explorados. Na construção dessa sociedade, os trabalhadores brasileiros tinham claro que essa luta se daria contra os interesses do grande capital nacional e internacional”.

Os trabalhadores avançaram muito durante os movimentos no que diz respeito à organização e combate ao regime estabelecido pelo governo. Neste sentido, o Partido dos Trabalhadores significou um avanço democrático da sociedade brasileira, que foi oficialmente reconhecido como partido político pelo Tribunal Superior Eleitoral em 1982.

Entre as prioridades do Partido estava o combate a todos os instrumentos jurídicos e policiais de repressão política. Por isso, lutaram contra a Lei de Segurança Nacional e demais instrumentos de coerção utilizados pelo governo. No entanto, com o propósito de constituir soluções a partir das bases sociais o PT interveio em questões políticas, sociais e econômicas. Neste sentido, defendeu propostas como: uma nova legislação condizente com os interesses dos trabalhadores da cidade e do campo; o combate à miséria, à doença, à ignorância e aos preconceitos; a intervenção à internacionalização da economia brasileira, que resultava num acréscimo da dívida externa e maior exploração dos trabalhadores; a proteção às condições culturais e ecológicas locais; o desenvolvimento de propostas políticas de energia e de matérias-primas, de política agrária e fundiária, industrial e urbana, voltadas para as necessidades do povo; e a criação de uma política internacional de solidariedade entre os povos oprimidos e respeito mútuo entre as nações.

Para Luiz Inácio⁴⁴, houve uma grande mudança da sua imagem após a criação do PT. Afinal, enquanto sindicalista Lula tinha amplo espaço na mídia: Falava do “novo sindicalismo” e fazia muitas entrevistas. Para a imprensa, divulgar os movimentos pelas liberdades democráticas no país era importante para acabar com a censura. No entanto, após a

44 PARANÁ, op. cit., p. 139-141.

criação do PT, Lula diz que deixou de ser uma unanimidade nacional porque a burguesia brasileira, segundo ele, até admite que o trabalhador reivindique, mas não que se organize politicamente.

Apesar da crise econômica pela qual o país passava em 1980, a produção e o emprego industrial ainda continuaram a crescer. Somente a partir de 1981, que essa situação mudou. As indústrias metalúrgicas que haviam sido sede do milagre econômico e os principais pólos de ressurgimento do movimento sindical estavam entre os setores mais atingidos pela recessão econômica, que se estendeu até 1983. A consequência para o país foi o aumento do desemprego e a disparada da inflação, a qual criou uma diferença entre o poder de compra dos salários dos trabalhadores e suas necessidades básicas.

Contudo, ainda em 1981 algumas conquistas significativas foram realizadas pelos trabalhadores no plano dos direitos sindicais, os quais haviam sido negados durante as greves anteriores. Apesar dos golpes sofridos, esta classe continuava capaz de manter suas vitórias não apenas pelas mobilizações dos anos anteriores, com também pela pressão que continuava sendo exercida. Entre 1981 e 1983 ocorreram aproximadamente 420 greves.

Em 1982, o Partido dos Trabalhadores já estava implantado na maior parte do Brasil, o qual tinha a liderança de Lula, Presidente até 1994 e Presidente de Honra até 2002. Naquele ano disputou o Governo de São Paulo e obteve um resultado desanimador para o PT: 9% dos votos.

Pode-se afirmar que o movimento sindical passou pelo período recessivo sem sofrer um grande retrocesso, saindo até mais fortalecido em uma série de aspectos como, por exemplo, na reorganização do movimento trabalhista de forma livre da tutela do Estado, que se deu na Primeira Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT).

Em 1983, Lula participou da fundação da Central Única de Trabalhadores (CUT), organização sindical brasileira, estabelecida durante o Primeiro Congresso Nacional da Classe Trabalhadora. A CUT é a maior central sindical da América Latina e a 5.^a maior do mundo, presente em todos os ramos de atividade econômica⁴⁵.

45 Central Única de Trabalhadores (CUT). Disponível em: <http://www.cut.org.br>, Acesso em: 19 fev. 2008.

Em 1984, Luiz Inácio ajudou como uma das principais lideranças da campanha das “diretas já”, que objetivava a volta às eleições presidenciais diretas no país. Lula foi uma das personalidades mais importantes da campanha. No entanto, a campanha não teve sucesso e as eleições foram feitas de forma indireta. O PT abdicou sua participação na eleição e Tancredo Neves, que havia participado ativamente da campanha “diretas já”, tornou-se o novo presidente do Brasil.

Desde 1992, Lula atua como conselheiro do Instituto Cidadania, uma organização não-governamental criada após a experiência do Governo Paralelo, voltado para estudos, pesquisas, debates, publicações e principalmente formulação de propostas de políticas públicas nacionais, bem como de campanhas de mobilização da sociedade civil rumo à conquista dos direitos de cidadania para todo o povo brasileiro.

Em 2002, a Convenção Nacional do PT aprovou uma aliança política (PT, PL, PCdoB, PCB e PMN) com base num programa de governo com o objetivo de resgatar as principais dívidas sociais que o país tem com população brasileira. O candidato a vice-presidente na chapa era o senador José Alencar, do PL de Minas Gerais.

Atualmente, o PT não só conquistou a Presidência da República como também o maior número de assentos na Câmara dos Deputados (91, um acréscimo de 52%), duplicou seus senadores de 7 para 14 e, pela primeira vez, foi o único partido a ter deputados eleitos em todos os estados da Federação.

A criação do PT levou Lula a interessar-se em ser um agente político, vislumbrando ter maior poder de voz e credibilidade no cenário nacional.

2.3 Do Seu Primeiro Cargo Político à Presidência

Em 1985, José Sarney assumiu a presidência após o falecimento de Tancredo Neves. Seu mandato se caracterizou pela consolidação da democracia brasileira, fase de transição do regime ditatorial-militar para um regime liberal-democrático, mas também por uma grave crise econômica.

Em 1986, Lula foi eleito o deputado federal mais votado do país até aquele momento, para a Câmara Federal⁴⁶. Participou da elaboração da Constituição Federal de 1988 e não se candidatou à reeleição como deputado, pois preferiu intensificar suas viagens pelo Brasil, contribuindo para a estruturação das seções regionais do Partido dos Trabalhadores.

Luiz Inácio candidatou-se à Presidência da República em 1989, após 29 anos sem eleição direta para o cargo. Lula (46,96% dos votos) perdeu a disputa para Fernando Collor de Mello (53,04% dos votos), no segundo turno⁴⁷. Collor recebeu apoio de considerável parte da população que hesitou em ter como presidente um ex-sindicalista, visto, na época, como radical e aliado às teses de esquerda.

Collor, em seus discursos, se autodenominava "caçador de marajás", que combateria a inflação e a corrupção, e "defensor dos descamisados". Lula, por sua vez, apresentava-se à população como entendedor dos problemas dos trabalhadores por causa da sua história no movimento sindical.

A campanha elaborada por Fernando Collor contra Lula, no segundo turno, foram tidas na época como moralmente duvidosas e preconceituosas política e socialmente. Luiz Inácio era identificado por Collor como um traidor ligado ao comunismo, uma pessoa que a queda do Muro de Berlim havia transformado em anacronismo, alguém que desejava seqüestrar ativos financeiros de particulares, e que usava linguajar desmoralizante durante os comícios. Além disso, uma antiga namorada de Lula, com a qual ele tinha uma filha, surgiu durante a propaganda de Collor para acusar o ex-namorado de lhe ter proposto um aborto, e para chamá-lo de racista.

Em 1992, Lula liderou uma mobilização nacional contra a corrupção que acabou no "impeachment" do Presidente Collor. Neste mesmo ano Fernando Collor renunciou ao cargo e Lula, junto ao PT, permaneceu na oposição e tornou-se crítico do Plano Real implementado por Itamar Franco, que assumiu o fim do governo.

46 Tribunal Regional Eleitoral. Disponível em: <http://www.tre-sp.gov.br>. Acesso em: 20 fev. 2008.

47 Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: <http://www.tse.gov.br/internet/index.html>. Acesso em: 20 fev. 2008.

Em 1994 e 1998, Lula candidatou-se novamente à Presidente da República e foi derrotado por Fernando Henrique Cardoso. Na primeira, por uma diferença de 27,23% dos votos, e na segunda por 21,35%. Tornou-se um dos principais opositores da política econômica do governo de FHC, principalmente no que diz respeito à política de privatização de empresas estatais.

Lula se candidatou para Presidente nas eleições posteriores. Vários fatores desencadeados durante o segundo mandato de FHC fortaleceram sua posição eleitoral. A desvalorização do real em janeiro de 1999, as crises internacionais, o Apagão de 2001 e o pequeno crescimento econômico foram alguns deles.

No que tange as mudanças de Lula nas eleições de 2002, pode-se citar o discurso mais moderado, abdicando o radicalismo. Nele, prometeu desenvolvimento econômico, respeito aos contratos e reconhecimento da dívida externa do país. Dessa forma, conseguiu a confiança de parte da classe média além do empresariado. Além disso, incluía políticas sociais como algo de grande importância em seus comícios, atraindo os menos desfavorecidos do país.

Em 27 de outubro de 2002, aos 57 anos de idade, Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito, ao cargo presidencial, com quase 53 milhões de votos, derrotando o ex-ministro da Saúde e então senador pelo Estado de São Paulo apoiado por FHC, José Serra.

Segue parte do discurso de posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 01 de janeiro de 2003:

"Mudança; esta é a palavra chave, esta foi a grande mensagem da sociedade brasileira nas eleições de outubro. (...) Foi para isso que o povo brasileiro me elegeu Presidente da República: para mudar. Este foi o sentido de cada voto dado a mim e ao meu bravo companheiro José Alencar. E eu estou aqui, neste dia sonhado por tantas gerações de lutadores que vieram antes de nós, para reafirmar os meus compromissos mais profundos e essenciais, para reiterar a todo cidadão e cidadã do meu País o significado de cada palavra dita na campanha, para imprimir à mudança um caráter de intensidade prática, para dizer que chegou a hora de transformar o Brasil naquela nação com a qual a gente sempre sonhou: uma nação soberana, digna, consciente da própria importância no cenário internacional e, ao mesmo tempo, capaz de abrigar, acolher e tratar com justiça todos os seus filhos."

No seu discurso de posse, Lula afirmou ainda: “E eu, que durante tantas vezes fui acusado de não ter um diploma superior, ganho o meu primeiro diploma, o diploma de Presidente da República do meu país”.

3. EXISTE MESMO UMA LIDERANÇA CARISMÁTICA?

Será analisada neste capítulo a liderança de Lula com relação à dominação carismática desenvolvida por Weber⁴⁸, comparando algumas atitudes e momentos vividos por Lula com o conceito do teórico.

De acordo com Weber⁴⁹, o conceito de autoridade carismática está ligado a uma áurea mágica. Este indivíduo superiormente dotado, tido como líder, é colocado em uma posição de liderança. Ele é um ser com atributos especiais, mas é necessário demonstrar continuamente à comunidade suas características diferentes dos demais para continuar em sua posição de poder. O líder se diferencia dos outros membros do grupo ou da sociedade por exercer maior influência nas atividades, em sua organização, e por possuir poder social.

Inexiste, porém, formas de medir as habilidades dos líderes, tendo em vista que são diversas, amplas e heterogêneas. Além do mais, refletiriam não só as verdadeiras características de um líder, mas também os valores da sociedade que o obedece e a imagem de líder ideal.

Contudo, de nada valem as habilidades do líder se não forem apresentadas ao grupo como essenciais para alcançar seus objetivos. Ao alcançar metas como nenhuma outra pessoa faria, o dominador aumenta o seu status e seu apoio pela comunidade. Isso quer dizer que, enquanto os membros do grupo acreditarem que o líder é o meio disponível para conseguir os objetivos do grupo, e ele provar isso, o sustentarão nessa posição. Afinal, todo líder, qualquer que sejam seus objetivos pessoais, deve ser útil aos seus seguidores, do contrário, perderá seu posto.

3.1 A Relação entre Lula e a Dominação Carismática de Acordo com Weber

Weber trabalha com o fato do líder carismático não seguir um estatuto e nem se apegar ao passado. Visto isso, pode se dizer que Lula sindicalista não liderava em virtude de normas ou por tradição, mas por seu poder sobre os operários utilizando-se de sua graça.

48 WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*/Max Weber. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: Universidade de Brasília, 1999. v. 1, p. 158-161.

49 Idem, p. 158.

O líder carismático é o indivíduo que contagia os outros com seu carisma, com seu jeito de ser, e com sua visão de mundo. Transmite com clareza suas idéias e é capaz de colocar ordem. Lula era um líder sindicalista que emanava da esperança da classe operária em mudar. Visto como o homem do povo e brasileiro típico possuía a graça das massas. A sociedade se identificou com o ex-operário que trouxe às ruas, após 10 anos, as greves metalúrgicas propondo mudança que incluíam melhorias trabalhistas. Desta maneira recebeu apoio de grande parte da sociedade.

Como parte da diretoria recém-empossada do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, Lula assumiu publicamente não ter qualquer experiência no comando de greves e indicava aos operários a responsabilidade de lutar da melhor forma possível. Seu discurso era de que a classe trabalhadora tinha legitimidade para lutar por seus direitos, os quais eram desrespeitados. Lula e o resto da direção sindical, nessa época, apenas apoiava a vontade e a decisão dos trabalhadores, pois eram inexperientes para propor algo melhor.

De acordo com Denise Paraná⁵⁰ (1996), Lula não era a expressão das esquerdas organizadas contra a ditadura, mas um representante dos trabalhadores que passavam pelo surto da industrialização, urbanização e, decorrente disso, crise. Ela descreveu a relação entre Lula e os trabalhadores da seguinte maneira:

“A burguesia, desejosa desta espécie de ‘encontro amoroso’, saudava o surgimento do príncipe encantado de seus sonhos. Ao invés de olhos claros e dos músculos exatos – inevitáveis clichês das histórias de príncipes – Lula exibia os dotes que seduziam essa estranha princesa (a burguesia): sua declarada desvinculação política associada a mais completa legitimidade entre seus pares, os trabalhadores. Enfim chegou aquele cuja liderança e autoridade poderiam guiar – e especialmente conter – um legião de operários (...).”

50 PARANÁ, Denise. *O Filho do Brasil: de Luiz Inácio à Lula*. São Paulo: Ed. Xamã, 1996. p. 395- 400.

Nessa época, a burguesia confiava na liderança “apolítica” de Lula e deixava clara sua vontade de ser liderada por ele. Incentivado por Frei Chico, que acreditava no potencial do irmão, iniciou seu trabalho no sindicato, desenvolveu habilidades e, logo, tornou-se o nome mais popular da militância política brasileira. Suas habilidades pessoais eram úteis ao grupo na maneira que lutava pelos ideais da classe operária. Luiz Inácio demonstrou esse poder social ao assumir o controle das massas durante as greves de 1970.

Lula apresentava características de líder carismático que encontra apoio na teoria de Weber, uma vez que o teórico diz que a dominação carismática possui um líder com qualidades excepcionais e dominados fiéis à crença em sua legitimidade enquanto persistirem suas capacidades.

A presença do Sindicato e, particularmente de Lula, nas greves operárias teve grande importância para a preparação, andamento e desfecho do movimento. No que diz respeito à liderança e comando das greves, foi dada a atenção personalizada e carismática de Lula, a qual atendia às reivindicações das massas. Sua participação foi, por diversas vezes, solicitada para negociar tanto com os empresários quanto com os operários, pois, nessa época, não existia nenhuma outra figura que havia fundado sua liderança através de fortes laços com o operariado como ele.

A eleição em 1975 para Presidência do sindicato cujo Lula obteve 92% dos votos, e a exigência do operariado do ABC por seu retorno durante sua ausência no comando da greve são exemplos da estima dos trabalhadores em sua figura. Neste último momento, centenas de trabalhadores reunidos no estádio na Vila Euclides clamaram pela presença de Luiz Inácio. Sua falta trazia intenso descontentamento das massas. Segundo Lula, o retorno era inevitável, pois a situação naquele momento era “caótica”.

Outro fato culminante ocorreu durante a greve da Scania quando Lula pediu que todos voltassem ao trabalho após intensa paralisação por causa do acordo de melhorias aceito pela empresa. Mesmo trazendo grande descontentamento à classe operária, que insistia em continuar a greve, seu pedido foi acatado. Neste momento, Lula mostrou que continuava solidário às causas originais dos metalúrgicos e que permanecia ciente da realidade. Diferente do que muitos pensavam Lula não havia acordado com empresários em benefício próprio, mostrando que merecia o apoio da classe trabalhista.

No sindicato dos trabalhadores de São Bernardo havia ainda outros sindicalistas com amplas capacidades e poderes. No entanto, Lula era o mais solicitado para falar diante das massas, pois a população acreditava que ele tinha habilidades de um líder.

Lutava através da negociação ou da força (greve). Chamava o povo para a paralisação e reivindicava melhorias trabalhistas. Com isso, permanecia no poder incentivado pelos trabalhadores que o davam autonomia.

Um líder carismático deve motivar o grupo a determinadas ações de acordo com a necessidade. Lula o fez incentivando os operários a paralisar, quando era necessário pressionar os empresários e o governo para concessão de melhorias; e a voltar ao trabalho, quando precisava ceder para conseguir ganhos ou mesmo por causa da represália militar. Ele se apoiava em seu carisma e, com isso, tinha o poder de controle das massas.

A atuação de Lula foi imprescindível para a persistência dos movimentos grevistas, os quais abrangeram assembléias com milhares de trabalhadores, criaram o Fundo de Greve e as comissões de salário, realizaram piquetes, e utilizaram a presença do Sindicato como instrumento de organização das massas e centralização do movimento, entre outras realizações.

Em 1980, durante uma assembléia no Estádio da Vila Euclides após a intervenção do governo no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, os trabalhadores ergueram uma faixa que comparava à imagem de Lula a de Tiradentes, que mais se assemelhava a de Jesus Cristo. Após o discurso, Lula foi aplaudido e carregado pelos trabalhadores. Weber defini essa “devoção” em sua teoria ao retratar a relação dos líderes carismáticos com seus dominados.

Luiz Inácio dava preferência às reuniões públicas para que todos tivessem acesso às suas idéias e soubessem que eram direcionadas às reivindicações trabalhistas. Segundo Weber, o dominador carismático precisa reafirmar seu poder para se manter na liderança. A forma que Lula encontrou para mostrar ao povo suas habilidades era reunir-se em locais onde muitos trabalhadores tivessem acesso.

Sem dúvida, essas competências de Luiz Inácio já seriam suficientes para aproximá-lo de um líder carismático, porém, outras circunstâncias foram preponderantes como, por

exemplo, a repercussão de sua prisão que levou à realização de uma missa na Catedral de São Bernardo do Campo em favor dos trabalhadores grevistas, em 1980. A esposa de Lula, Marisa, foi chamada ao púlpito ao lado de D. Paulo Evaristo Arns, citado pelo Presidente Figueiredo como incentivador das greves metalúrgicas. Além da igreja, outras instituições e parte da sociedade mostraram seu apoio a ele. Ir à prisão pelas causas trabalhistas acabou sendo uma prova de seu poder heróico.

A partir da luta do operariado metalúrgico a liderança sindical de Lula se projetou, ocupando espaços na política com a criação de um novo partido político: o Partido dos Trabalhadores. O interesse em sua criação era em oficializar sua condição de líder dos trabalhadores, dar voz ao povo e, com isso, garantir conquistas efetivas.

Logo, Lula expandiu seu discurso para a Câmara, como deputado mais votado; candidatou-se a Presidência e foi eleito em 2002. As características de seu carisma, entretanto, persistiam.

Diferente da utilizada nas eleições anteriores mudou seu debate em 2002 diante da nova realidade, pois percebeu que não reafirmaria sua legitimidade como dominador caso agisse de forma contrária ao que a população almejava como líder. Seus comícios, inclusive, eram baseados em demagogia.

Desde o princípio, deixou claro que governaria em "contato com o povo". Fato este que se verificou no decorrer do seu governo. Uma característica marcante do seu mandato foi às várias quebras de protocolo de segurança, em virtude de sua vontade de estar próximo das pessoas. Durante uma conversa informal⁵¹ o Sargento Blanco do Exército brasileiro, um dos encarregados pela segurança de Lula, mencionou a difícil tarefa de manter o Presidente nos caminhos vistoriados, longe do contato do público.

A posse, por exemplo, não se restringiu ao Palácio do Itamaraty, onde tradicionalmente, os chefes de Estado eleitos recebem convidados selecionados, mas com participação popular.

51 Conversa informal no Quartel General do Exército no dia 12 de março de 2008, durante o evento de comemoração dos 4 anos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Participação essa, a qual nunca se viu na história da república brasileira. As pessoas deslocaram-se de várias unidades da Federação no dia 01 de janeiro para prestigiar o recebimento da faixa de Presidente por Lula e ouvi-lo discursar. Nesse momento, houve a superlotação dos hotéis na capital federal, deslocamento de grande contingente de militares para dar suporte ao evento (Forças Armadas, policiais e bombeiros); e ampla cobertura da mídia. A Praça dos Três Poderes recebeu uma multidão eufórica, que carregando faixas e bandeira, festejou a posse do novo Presidente. Esse marco representa o reconhecimento pessoal do carisma de um líder que é dado pelo entusiasmo, miséria e esperança, o qual é possível constatar nas proposições de Weber.

Em relação ao debate político de Lula durante sua candidatura, pregava uma revolução num tipo de política que o povo estava descontente. Após a eleição, o presidente, que tinha que se adequar aos ditames da economia global, manteve a mesma política econômica maquiando o governo de cunho social para reafirmar seu poder.

3.2 Políticas social: O Programa Fome Zero

O projeto de campanha de Lula foi embasado em políticas sociais. Os principais objetivos do seu governo expostos à população foram: a erradicação da fome e da pobreza absoluta, a promoção do crescimento econômico acompanhado por uma melhor distribuição de renda, a criação de empregos e a garantia de vaga na escola para cada criança.

Dentre as atitudes de um líder carismático está a criação de políticas sociais. Lula se apoiou nessas políticas para reafirmar sua legitimidade. Pode-se citar, como exemplo, o Programa Fome Zero anunciado durante o discurso de posse do Presidente Lula em 2002. Nessa mesma ocasião a palavra “fome” foi mencionada 13 vezes.

Segue um trecho de seu discurso de posse (01/01/2003):

“Enquanto houver um irmão brasileiro ou uma irmã brasileira passando fome, teremos motivo de sobra para nos cobrirmos de

vergonha. Por isso, defini entre as prioridades de meu Governo um programa de segurança alimentar que leva o nome de "Fome Zero". Como disse em meu primeiro pronunciamento após a eleição, se, ao final do meu mandato, todos os brasileiros tiverem a possibilidade de tomar café da manhã, almoçar e jantar, terei cumprido a missão da minha vida”.

O Programa Fome Zero tem como finalidade fornecer alimentos de qualidade regularmente à todos os brasileiros e acabar com a exclusão. Para isso, criou-se o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA) para que dessa forma pudesse expandir vários programas. A pretensão é estabelecer uma nova relação com a esfera produtiva para estimular a agricultura e a economia locais.

Foi criado também, durante o governo Lula, o Ministério de Desenvolvimento Social que, de acordo com seu Ministro Patrus Ananias⁵², foi importante para a articulação de políticas sociais em virtude das dívidas sociais históricas no Brasil.

No dia 12 de março de 2008, este Ministério promoveu o evento “MDS: 4 anos superando a fome, reduzindo a pobreza e as desigualdades”. Durante esse acontecimento, Ananias⁵³ agradeceu Lula pela criação do Ministério, pela solidariedade e pela criação de políticas emancipatórias. Falou ainda que Lula inseriu a liberdade da população exercer cidadania, a pensar, com esse programa, pois, segundo o ministro, sem comida ninguém conseguiria fazê-las. Concluiu dizendo que o Ministério já poderia mudar de combate à fome para combate à pobreza, pois a primeira já havia sido finalizada.

O evento contou também com a participação de uma família sergipana. Nele a mãe, Sra. Joselita Jesus da Silva⁵⁴ proferiu que, ajudada pelos programas sociais do governo Lula, obtiveram melhoria de vida, pois agora se alimentavam diariamente e estudavam.

52 Presidente Lula e o ministro Patrus Ananias anunciam ações para gerar mais oportunidades aos beneficiários dos programas sociais. Portal da Presidência da República Federativa do Brasil. Disponível em:

□ <http://www.fomezero.gov.br/noticias/presidente-lula-e-ministro-patrus-ananias-anunciam-acoes-para-gerar-oportunidades> □. Acesso em: 13 mar. 2008.

53 MDS: 4 anos superando a fome, reduzindo a pobreza e as desigualdades. Evento realizado no Teatro Pedro Calmon no Quartel General do Exército em Brasília no dia 12 mar. 2008. Gravações e anotações feitas pela aluna de Relações Internacionais Tânia Lustosa de Oliveira durante participação como ouvinte no evento.

54 Idem.

É percebido diante do discurso da Sra. Joselita que existe um prestígio por parte da população pelas bem-feitorias de Luiz Inácio, ou seja, o reconhecimento em sua legitimidade. Há ainda um tipo de “mágica” e habilidade única em Lula, pois, de acordo com o Ministro do MDS, Lula acabou com a fome do país, visto que nenhum outro Presidente conseguiu fazê-la.

No discurso de Lula⁵⁵ durante o evento do MDS, relata como foi a criação do Ministério e dos Programas Sociais e o que é necessário para a população.

“Companheiros e companheiras, o Ministério de Combate à fome é um Ministério com muita informação, até porque todos nós quando lançamos o Programa Fome Zero e depois criamos o Ministério, parece que todos nós quando lançamos o Ministério não sabíamos sequer o que era fazer política social. Fomos aprendendo a fazer política social para milhões e milhões de brasileiros que muitas vezes passavam décadas sem ter a segurança estática seja da União dos Estados ou dos municípios. (...) O desafio é um desafio importante porque o desafio do ministério e dos programas foi enfrentar o preconceito. Um preconceito estrutural, um preconceito que está raigado⁵⁶ na cabeça de uma parte da equipe brasileira que acha que tudo que é dedicado a elas é investimento, mas tudo que é dado ao pobre é gasto. (...) Temos que convidar para fazer uma reflexão e perceber que o que nós investimos em políticas sociais significa um investimento tão importante quanto qualquer outro investimento porque o investimento que você faz para os pobres, você estará transformando essas pessoas numa espécie de consumidora (...). É importante deixar claro que uma parte do sucesso da economia brasileira anunciado pelo IBGE sobre o crescimento do PIB está subordinado ao consumo dessas pessoas. (...) Porque os pobres estão comendo mais porque estamos investindo mais. Na China tão comendo mais, na Índia tão comendo mais, na América Latina toda tá comendo mais e no Brasil tá comendo mais. (...) Se tem algo que pobre tem nesse país é humildade. Ele não quer muito. Sabe o que o pobre quer? O pobre quer tomar café, almoçar e jantar. E isso é garantido pela Bíblia e pela Constituição. O Estatuto da Criança e do Adolescente também garante. Tem muita coisa que garante. (...) O pobre quer ter uma casinha para morar. Isso também está garantido pela Constituição. O pobre quer ver o filho estudar. Isto também está garantido na nossa Constituição. Eu fico pensando se o pobre desse país não precisaria fazer nenhuma revolução, o que eles deveriam fazer é andar com a Constituição na mão e exigir que

55 Idem.

56 Significa “enraizado”.

nós, que fizemos a Constituição, cumpri-se a Constituição e atender (...). Todas as coisas que nós criamos tinham que estar atendendo as necessidades da população brasileira. (...) Todo mundo quer saber o que é o Bolsa Família, como funciona e quantas pessoas atende (...). Pela primeira vez um Presidente da República vai ao Complexo do Alemão e à Rocinha⁵⁷. E como momento muito importante para levar não promessas, mas levar esperança muito concreta.”

Suas atitudes podem ser comparadas às de um líder carismático ao apresentar o que desenvolveu (programas sociais) como prova à população. Segundo Weber, um dominador carismático deve apresentar, constantemente, motivos para a população continuar acreditando em sua graça e manter-se no poder.

Além disso, relatar o que a população precisa, atitude de uma dominação carismática de acordo com Weber. No discurso de Lula, acima, ele resume o que as pessoas (pobres) querem: comida, casa e estudo.

3.3 A Liderança Carismática como uma Perspectiva Internacional

A repercussão internacional da imagem de Lula ajudou e incentivou sua formação como líder carismático. A partir dos anos 70, Lula repercutiu no exterior como um ex-operário que, agora sindicalista, conduzia as massas com seu poder de articulação. Durante este período fez viagens ao exterior, onde palestrava para um grande contingente de pessoas.

Lula foi convidado diversas vezes para participar de reuniões em sindicatos de outros países. Em 1975, foi ao Japão, pela primeira vez, convidado por trabalhadores da Toyota, a qual já possuía filial no Brasil. Nessa ocasião, Lula reuniu-se com sindicalistas em um evento organizado por eles.

Encontrou-se, também, com autoridades no exterior. Por volta de 1980, por exemplo, viajou à Europa ao encontro do ex vice-ministro das Relações Exteriores da Suécia, ao Vaticano conhecer Papa João Paulo II e aos EUA, onde foi recebido por Ted Kennedy.

⁵⁷ Nesse trecho Lula cita sua visita ao Complexo do Alemão e à Rocinha para tratar do desenvolvimento dos Programas Sociais nestes locais.

Recebeu ainda a visita de presidentes e outras autoridades internacionais no Brasil. Os primeiros encontros foram com o ex Chanceler da Alemanha (1974 a 1982), Helmut Schmidt, e com o ex Chanceler da Espanha da época. Fidel Castro, do mesmo modo, reuniu-se com Lula durante sua visita ao Brasil, o qual foi recebido na casa de Lula em São Bernardo do Campo.

Essas reuniões foram dificultadas após os anos 80, com a criação do Partido dos Trabalhadores, pois muitos partidos eram contra o desenvolvimento do PT. No entanto, sua imagem internacional continuou repercutindo, inclusive com mais intensidade após sua eleição à presidência.

Em 1981, Luiz Inácio viajou por oito países Europa, e aos EUA para discutir com autoridades sobre a situação trabalhista no Brasil e buscar apoio. Neste momento, recebeu grande atenção e ajuda internacional, inclusive quando ele e mais doze sindicalistas do ABC foram a julgamento por alegações que se resumiam em estímulo à greve. Neste momento, diversas organizações trabalhistas e associações de cunho humanitário oferecem importante contribuição à Lula e aos outros dirigentes em meio à pressão moral da opinião internacional.

O principal apoio recebido na época veio da central sindical norte-americana AFL-CIO, que mostrou solidariedade e ofereceu o envio de representantes para acompanhar o julgamento.

É importante ter em mente, que Lula não recebeu total apoio internacional às suas atitudes sendo, visto por alguns como comunista, incentivador da desordem, entre outros. Durante sua candidatura à presidência, em 2002, por exemplo, foi intensamente criticado por vários intelectuais e autoridades, e haviam discussões sobre o que aconteceria com o Brasil caso fosse presidido por Luis Inácio. Diante dos conceitos criados pela sociedade internacional sobre Lula durante toda sua participação na militância política e candidatura à Presidência, pode se dizer que a mais marcante foi a de um indivíduo que ascendeu ao poder, tornou-se um líder carismático articulador das massas um demagogo.

3.4 A Interferência da Mídia na Formação da Figura Carismática de Lula

A trajetória política de Luiz Inácio Lula da Silva é apresentada pela mídia como um operário dos anos 70 e ex-sindicalista que chega à presidência da República em 2002. A interferência da mídia na construção de sua imagem foi, obviamente, de grande relevância, pois é ela que divulga os fatos e constrói uma agenda pública.

De acordo com Denise Paraná (1996), a imprensa soube compreender o discurso pacífico e despolitizado de Lula no início das greves dos anos 70. A revista *Veja*, por exemplo, publicou um artigo chamado “Em paz, mas em greve”. Era o início das greves, as quais eram, de certa forma, silenciosas, pois os trabalhadores não saíam às ruas.

Nessa época, para evitar uma repercussão nacional da greve, o Departamento de Polícia Federal informou às principais emissoras de televisão e rádio que estavam proibidas, ou seja, censuradas qualquer notícia sobre as greves. A Rede Globo e outros canais de comunicação mantiveram-se silenciosos, mas as empresas de informação que publicaram o assunto não têm registros de punição alguma.

Entre os anos 70 e 80 foram escritas diversas reportagens e feitas várias entrevistas com Lula pelo *Jornal da República*, já extinto, *O Globo*, *Folha de São Paulo*, *IstoÉ*, *Estadão*, *O Estado de São Paulo*, *Senhor Vogue*, *Veja*, *Tribuna Metalúrgica*, *Tv Cultura de São Paulo*, entre outras.

Sua primeira entrevista televisiva foi em 1978 no Programa *Vox Populi* da TV *Cultura*. Nela, Lula falou sobre sua vinculação com a classe trabalhadora, seu pensamento estranho à ideologia de esquerda e assumiu seu baixo grau de cultura.

Lula foi, ainda, elogiado pelo jornalista Ruy Mesquita, diretor de *O Estado de São Paulo* e do *Jornal da Tarde* por sua entrevista:

“(...) a impressão que me ficou na entrevista da TV *Cultura* (Programa *Vox Populi*), revelou, para grande satisfação minha, alguma coisa de realmente novo neste país politicamente traumatizado durante 14 anos, e novo num setor que não estava estagnado há apenas 14 anos, mas desde os tempos do Estado Novo, quando foram lançadas as bases e as estruturas do movimento

sindical brasileiro contemporâneo. E o que me foi revelado de novo e de agradavelmente surpreendente foi justamente o fato de que, durante 14 anos de silêncio politicamente imposto, de letargia aparente, o edifício construído sobre aquelas bases e aquela estrutura fora aluído por um movimento que brotou espontaneamente, no seio do próprio proletariado de São Paulo, em estado de pureza, incontaminado política e ideologicamente e que se preocupa precipitadamente em manter-se rigorosamente assim. O Lula que me surgia no vídeo, lúcido, objetivo, com uma clareza de raciocínio que se refletia na incrível facilidade de expressão, parecia o produto de um ambiente político totalmente diferente daquele que tem produzido as nossas atuais lideranças (ou pseudolideranças) políticas, eclesiásticas, intelectuais ou estudantis.”⁵⁸

Num artigo publicado na revista *Veja*⁵⁹ (1978), Lula foi exaltado e a igreja e os estudantes recriminados – estes, inicialmente, dificultaram as lutas do operariado.

“(…) vão emergindo lideranças sindicais modernas, que falam uma linguagem até agora desconhecida. O mais articulado desses novos líderes, o Lula de São Bernardo do Campo, informou ao público em geral que agradecia a solidariedade de todos, mas aproveitou para recomendar que os estudantes ficassem nas universidades, estudando, e que a Igreja procurasse apoiar efetivamente a luta dos sindicatos, em lugar de patrocinar movimentos paralelos de trabalhadores. Por essa preocupação, é possível supor que, após três quartos do século de industrialização, a classe operária brasileira está começando a se emancipar.”

Ainda em 1978 inúmeros artigos foram escritos tratando do líder dos setores da burguesia (Lula) como confiável, pois mostrava que estava trabalhando para fortalecer o desenvolvimento capitalista defendendo os interesses da burguesia. Segundo Denise Paraná, Lula era visto como uma espécie de “herói civilizatório”, capaz de aceitar e civilizar a relação entre capital e trabalho, minimizando as tensões sociais vinculada à luta de classes.

58 PARANÁ, op. cit., p. 402-403.

59 Revista *Veja*, 31 maio 1978, p.75.

Já revista IstoÉ⁶⁰ (1978) publicou um texto que explica que Lula foi colocado na condição de líder, para representar os trabalhadores, sem pretensão de projeção pessoal e projeto ideológico. De acordo com a revista:

“O que eles querem? Basicamente, um aumento salarial em torno de 20% (...) Nada, enfim, de especialmente ideológico, subversivo. (...) Como fez questão de enfatizar Luiz Inácio da Silva, o Lula, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, uma entidade com 30 mil associados: “este não é um movimento para entrar na história. Ninguém está agindo com este propósito. Não estamos fazendo movimento para ser instrumento ou tese de sociólogo. Pretendemos, apenas, atender aos desejos dos operários, nada mais que isso.” Lula, como de hábito, demonstrou sua peculiar independência. De certa maneira, porém, sem desejar, acabou sendo colhido no meio do turbilhão. Se as empresas se surpreenderam com a rapidez da paralisação e com a rapidez com que a idéia se alastrou, apesar da proibição legal e das eternas ameaças de repressão, o próprio Lula se espantou quando soube do movimento e de sua propagação. Ironia. Foi Lula que as empresas chamaram para mediar a questão com os trabalhadores. E, de forma quase inevitável, ele se viu impulsionado à incômoda condição de líder de uma situação capaz de se transformar em confronto.”

Após a criação do PT, Lula acredita que aconteceu uma mudança da sua imagem, porque a burguesia brasileira não era a favor que a classe mais baixa se organizasse politicamente. No entanto, houve comentários a favor e contrários ao PT, pois a mídia em sua maioria apoiava os movimentos sociais, afinal era muito importante o fim da censura para ela também, mas um partido dos trabalhadores ainda era estranho para muitos.

A imprensa promoveu também um debate em 1989 entre os candidatos Lula e Collor e levou ao ar uma versão editada do programa no *Jornal Nacional*. Vários analistas acreditam que a edição foi favorável a Collor, o que teria influenciado o eleitorado.

Contudo, Lula construiu sua imagem para a maioria dos brasileiros em função do grande destaque dado pela mídia à sua atuação no cenário nacional. Com as campanhas políticas, foram produzidos novos significantes e reafirmada sua presença como opositor do

60 Revista IstoÉ, 24 maio 1978, p. 68.

regime militar e dos governos civis que se instalaram desde os anos 70 e 80, além de líder de uma parcela da população.

Participando das greves operárias dos anos 70 e 80, do "impeachment" do presidente Collor, das "diretas já", da criação do PT e de quatro eleições para a presidência da República em um período em que os meios de comunicação têm significativa presença na sociedade, Lula teve sua figura política difundida na mídia, o que o tornou conhecido, como poucos brasileiros, nacional e, pouco depois, internacionalmente.

Entre críticas e elogios Luiz Inácio assumiu diversas "imagens" que revistas e jornais de renome e programas televisivos mostraram. Tendo em vista a continuidade de liderança e posterior eleição para Presidente pode-se acreditar que Lula é um líder com características de um dominador carismático. Dentre tantas "imagens", Lula destaca-se como um indivíduo com qualidades especiais de liderança.

CONCLUSÃO

A pretensão desse trabalho foi apoiar-se em uma teoria clássica precursora das modernas teorias existentes, uma vez que as proposições de Max Weber são de suma importância para o entendimento das relações de poder.

À luz da teoria de Weber, é possível constatar que Luiz Inácio Lula da Silva é um líder que se enquadra ao tipo de dominador carismático. Isso pode ser percebido por vários fatores como a mobilização de grande contingente de operários dominados por sua graça e pela habilidade de oratória adquirida ao longo da sindicância operária.

Verifica-se ainda que o período analisado foi suficiente para encontrar traços de carisma em Lula. Dessa trajetória inacabada, têm-se as raízes e o desenvolvimento de uma liderança baseada na crença dos dominados em “habilidades extracotidianas”.

Ao surgir no cenário nacional como liderança sindical dos trabalhadores durante as greves ocorridas no ABC Paulista no final da década de 70, Lula utilizava a demagogia para se reafirmar e controlar as massas. Criou uma imagem heróica por representar as causas trabalhistas nos primeiros contatos com a militância política.

Ao se candidatar à presidência, Luiz Inácio apresentou uma esperança de mudança em relação aos governos passados e inseriu em seu discurso as políticas sociais. Se fez valer da sua imagem e usou seu poder heróico e para, doravante, chegar à Presidência.

Foi possível perceber com essa abordagem que Lula adquiriu, ao longo dos anos, o reconhecimento por muitos como um líder com características carismáticas com repercussão ampla no Brasil, no exterior e na mídia.

Conclui-se que Luiz Inácio, em sua trajetória, apresentou-se com facetas de líder carismático, já que se apresentou como o líder tipo herói na fase Lula-Sindicante; apoiando-se nas causas sociais na fase Lula-Candidato; e por fim, utilizou-se da demagogia para dar continuidade e comprovar sua imagem de líder com habilidades carismáticas na fase Lula-Presidente.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. *A Rebelião do Trabalho: o confronto no ABC Paulista: as greves de 1978/1980*. São Paulo: Ed. Universidade Estadual de Campinas, 1988.

NEDER, Ricardo Toledo; ABRAMO, Lais Wendel (orgs.). *Automação e Movimento Sindical no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1988.

CHACON, Vamireh. *História dos partidos brasileiros: discurso e práxis dos seus programas*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2 ed., 1985.

COHN, Gabriel. *Weber*. São Paulo: Ática, 6 ed., 1997.

GIDDENS, Anthony. *Capitalismo e Moderna Teoria Social*. Ed. Presença.

PARANÁ, Denise. *O Filho do Brasil: de Luiz Inácio à Lula*. São Paulo: Ed. Xamã, 1996.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva/Max Weber*. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: Universidade de Brasília, 1999. v. 1

ABC reage à intervenção. *Banco de Dados Folha On-line*, São Paulo, 24 mar 1979. Disponível em: http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_24mar1979.htm. Acesso em: 10 jan. 2008.

E se ele ainda fosse assim? Uma reflexão sobre as chances de Lula, caso tivesse sido eleito com o discurso radical do passado. *Veja On-line*, São Paulo, 08 jan. 2003. Disponível em: http://veja.abril.com.br/080103/p_036.html. Acesso em: 17 jan. 2008.

HOJE, a praça está proibida. *Banco de Dados Folha On-line*, São Paulo, 24 abril 1980. Disponível em: □ http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_24abr1980.htm □. Acesso em: 10 jan. 2008.

ÍNTEGRA do discurso de posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva pronunciado no Congresso Nacional. *Fundação Perseu Abramo*, São Paulo, 01 jan. 2003. Disponível em: □ <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=2296> □. Acesso em 16 jan. 2008.

LULA vai amanhã a julgamento. *Banco de Dados Folha On-line*, São Paulo, 24 fev. 1981. Disponível em: □ http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_24fev1981.htm □. Acesso em: 10 jan. 2008.

Portal da Presidência da República Federativa do Brasil. Disponível em: □ <http://www.presidencia.gov.br/> □. Acesso em: 9 mar. 2008.

Portal do Partido dos Trabalhadores. Disponível em: □ <http://www.pt.org.br/> □ Acesso em: 15 jan. 2008.

Portal do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Disponível em: □ <http://www.mds.gov.br/noticias/presidente-lula-destaca-avancos-sociais-e-diz-que-mds-enfrentou-o-preconceito-contra-os-programas-voltados-aos-mais-pobres> □. Acesso em: 15 fev. 2008.

Portal Fome Zero. Disponível em: □ <http://www.fomezero.gov.br/> □. Acesso em: 15 jan. 2008.

POSSE do Presidente Lula assume como o mais votado da história. *Jornal da Câmara*, Brasília, 01 jan. 2003. Disponível em: □ <http://www2.camara.gov.br/internet/jornal/chamadaExterna.html?link=http://www.camara.gov.br/internet/jornalcamara/lista.asp?texMaterial=Lula&nomOperacao1=AND&texMateria2=2002&nomOperacao2=&texMateria3=> □. Acesso em: 12 jan. 2008.

PROIBIDAS as passeatas. *Banco de Dados Folha On-line*, São Paulo, 10 maio 1977. Disponível em: [□http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_10mai1977.htm□](http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_10mai1977.htm). Acesso em: 10 jan. 2008.

SOLIDÁRIA com Lula a Central norte-americana. *Banco de Dados Folha On-line*, São Paulo, 12 fev. 1981. Disponível em: [□http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_12fev1981.htm□](http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_12fev1981.htm). Acesso em: 10 jan. 2008.

UM apelo aos trabalhadores. *Banco de Dados Folha On-line*, São Paulo, 30 abril 1979. Disponível em: [□http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_30abr1979.htm□](http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_30abr1979.htm). Acesso em: 10 jan. 2008.

PP quer a Constituinte; PT quer chegar ao governo. *Banco de Dados Folha On-line*, São Paulo, 11 jan. 1980. Disponível em: [□http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_11jan1980.htm□](http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_11jan1980.htm). Acesso em: 10 jan. 2008.

UM dia para a história. *Veja On-line*, São Paulo, 08 jan. 2003. Disponível em: [□http://veja.abril.com.br/080103/p_022.html□](http://veja.abril.com.br/080103/p_022.html). Acesso em: 16 jan. 2008.

ELE falou em mudar 14 vezes. *Veja On-line*, São Paulo, 08 jan. 2003. Disponível em: [□http://veja.abril.com.br/080103/p_028.html□](http://veja.abril.com.br/080103/p_028.html). Acesso em: 17 jan. 2008.

1964, Um contragolpe revolucionário. *Banco de Dados Folha On-line*, São Paulo, 2 abril 1978. Disponível em: [□http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_02abr1978.htm□](http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_02abr1978.htm). Acesso em: 10 jan. 2008.